

Quem disse ?

«Não há sentimentos humanitários capazes de fazerem prescrever os crimes de um tirano (Augusto Pinochet) deste calibre.»

Mário Bettencourt Resendes
Diário de Notícias,
26 de Novembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº998 3 DEZEMBRO 1998 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/impressao/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Foz Côa Património Mundial

Gravuras rupestres finalmente consagradas

A festa da vitória aconteceu ontem. O primeiro-ministro, António Guterres, e o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, desceram ao vale do Côa para admirarem a arte legada pelos pré-históricos, agora designada pela UNESCO como património da humanidade. Assim, o dia 2 de Dezembro será, doravante, recordado por ser aquele em que as polémicas gravuras rupestres de Foz Côa foram elevadas à condição de património mundial.

O facto enche de orgulho os portugueses em geral, bem como a comunidade arqueológica lusitana e, muito especialmente, o Governo socialista, que se bateu, num gesto político admirável, pela preservação de um valioso bem cultural.

Pouco tempo depois de o mundo ter ficado a saber que no Portugal da nova era socialista a preservação da cultura não é intimidada pelas «grandes obras», a Assembleia Geral da UNESCO reforça e recompensa esta manifestação de consciência civilizacional, afastando de vez toda e qualquer dúvida sobre o incalculável valor da arte paleolítica do Côa.

Num contexto de júbilo justificado, o Presidente da República, Jorge Sampaio, fez questão de elogiar a postura assumida desde o começo pelo Executivo chefiado por António Guterres, considerando que a elevação de Foz Côa a património mundial representa uma mostra da «grande vitória da capacidade portuguesa».

Sampaio recordou «a coragem do Governo em suspender a construção da barragem no local e apostar nas gravuras e na sua internacionalização».

Segundo o chefe de Estado, esta «foi uma medida difícil, mas muito correcta».

A prova-lo ficará, para sempre, no primeiro critério de classificação do Côa como património da humanidade considerado pela UNESCO. É que, «a arte do vale do Côa do Paleolítico Superior é uma ilustração excepcional do desabrochar súbito do génio criador, na alva do desenvolvimento da humanidade».



A XV Cimeira Luso-Espanhola realizada em Albufeira nos dias 29 e 30 de Novembro ficou marcada pela assinatura entre os dois países de um acordo «histórico» para a gestão dos rios comuns. Na cimeira onde foram também assinados importantes acordos noutras áreas, ficou patente o empenhamento de António Guterres e do seu homólogo espanhol em manterem um relacionamento excepcional entre os dois países.

Política

Confiança nos municípios à prova de cores partidárias



António Guterres manifestou ao terminar quatro dias de Governo em Diálogo na Beira Interior, a confiança do Governo «nos municípios, qualquer que seja a sua cor política, nas forças vivas, nos empresários e associações». «Ao fim de quatro dias de visita a dois distritos onde foram anunciados projectos excepcionalmente importantes para esta zona do interior, sabemos que todo o investimento que o Estado aqui vai fazer, vai ser bem aproveitado», sublinhou o primeiro-ministro.

Sociedade & País

Formação sociocultural para 15 mil jovens



Cerca de 15 mil jovens desempregados entre os 15 e os 25 anos, que abandonaram o ensino antes ou após o 9º ano, vão receber formação sociocultural no âmbito de um protocolo de colaboração assinado na passada quinta-feira, dia 26. O documento foi assinado entre a Escola Superior de Educação de Setúbal (ESE) e o Instituto do Emprego da Formação Profissional (IEFP), numa cerimónia presidida pelo secretário de Estado do Emprego e da Formação, Paulo Pedroso.



UNESCO confirma Côa

«A arte do Vale do Côa do Paleolítico Superior é uma ilustração excepcional do desabrochar súbito do génio criador, na alva do desenvolvimento da humanidade», este é o primeiro critério apresentado pela UNESCO para a classificação das gravuras como Património Mundial, transformando, desta forma, o Vale do Côa no nono local português património da humanidade e na primeira zona arqueológica portuguesa a merecer aquela alta distinção da UNESCO.

Sobre Foz Côa, o comité afirmou tratar-se de uma «excepcional concentração de gravuras rupestres do paleolítico superior que constitui o exemplo mais notável das primeiras manifestações da criação artística humana até agora desconhecido a uma tal escala no mundo». A grande visão política deste Governo ao suspender a 17 de Janeiro de 1996, as obras de construção da barragem, permitindo assim a elaboração de um relatório científico sobre o valor patrimonial e arqueológico da região e consequentemente a sua preservação, denota uma sensibilidade cultural e uma consciência civilizacional que certamente fará história. Esta atitude traduziu a consagração da opção governamental pela defesa do património em detrimento da barragem. Tratou-se, conforme salientou Manuel Maria Carrilho, da «consagração e êxito de uma opção que foi muito difícil e muito arriscada mas que era preciso ser feita, como se fez em 1995, com a defesa do património deste vale à frente de tudo mais».

A nobre atitude do Governo representa «uma aposta corajosa que abre hoje para outras apostas e outros desafios, para não só defender e valorizar aquele património, como se tem vindo a fazer com a existência do Parque Arqueológico – que em dois anos de existência já recebeu mais de 50 mil visitantes -, mas também articular essa defesa e valorização com o desenvolvimento da região», que será fortemente apoiada no próximo QCA. Recorde-se que este longo processo começou quando em finais de 1994 foram descobertas as gravuras rupestres em rochas à beira do rio Côa, numa altura em que a EDP se preparava para dar início às obras de construção de uma barragem hidroeléctrica no local. «As gravuras ou a barragem?», a questão, polémica e delicada, saltou para a opinião pública em Novembro de 1994, exaltou ânimos e permaneceu em aberto até ao final de 1995, quando o Governo de António Guterres decretou a suspensão das obras do empreendimento hidroeléctrico.



SINDICALISTAS EXIGEM RESTRIÇÕES AOS CONTRATOS A PRAZO

Estávamos a 4 de Dezembro de 1980 a três dias das eleições presidenciais. O candidato apoiado pelos órgãos legitimamente eleitos do PS era Ramalho Eanes. O órgão oficial do PS dirigido pelo camarada Alfredo Barroso dedicava, no entanto, pouco mais que um artigo do camarada António Macedo a este importante acto eleitoral.

Em causa estava o modelo de regime democrático. O candidato Soares Carneiro era uma ponta do projecto de hegemonização da direita que tinha por objectivo uma maioria, um governo, um presidente.

Soares Carneiro era ainda a ponta de um projecto que tinha ainda como objectivo alterar a profundamente a Constituição, nomeadamente na parte económica, de forma a abrir as portas ao modelo económico e social de endeusamento do mercado e da iniciativa privada defendido pela direita.

Eanes, pelo menos, dava garantias de respeito pela lei fundamental e de equidistância ao projecto da direita.

Destaque ainda nesta edição para uma posição do Sindetex exigindo restrições aos contratos a prazo, bem como para artigos de opinião dos camaradas Raul Rego e Rodolfo Crespo.

J. C. C. B.

4 de Dezembro

Quem disse?

«Por Dezembrismo se entende o movimento que levou ao poder Sidónio Pais, suspendendo as instituições da I República e os órgãos de soberania, desde o Congresso da República até ao próprio Presidente Bernardino Machado.»

Raul Rego



Guterres garante Portugal não está isolado na Agenda 2000

O primeiro-ministro, António Guterres, recusou, no dia 27, na Covilhã, que Portugal esteja «isolado» nas negociações para a «Agenda 2000», comentando uma notícia publicada, no mesmo dia, no «Expresso». O semanário refere declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, Abel Matutes, indicando que o seu país aceita a Agenda 2000 (quadro financeiro da União Europeia para os anos de 2000 a 2006) tal como está proposta pela Comissão Europeia, o que deixaria Portugal isolado nas negociações.

António Guterres afirmou, categórico, que

não está «preocupado, até porque os centros de decisão fundamentais em relação aos nossos problemas não estão em Espanha».

Falando no distrito de Castelo Branco, o primeiro-ministro afirmou que o facto de o «documento (Agenda 2000) ser satisfatório para Espanha não quer dizer que seja satisfatório para Portugal», pelo que «Portugal continuará com as suas negociações», disse Guterres, acrescentando que esteve recentemente na Alemanha com o chanceler social-democrata Gerhard Schröder para falar de assuntos da UE.

Nova ponte sem aumentos

O Governo poderá vir a compensar financeiramente a Lusoponte para que não atualize, no início do próximo ano, a portagem da Ponte Vasco da Gama.

Segundo o «Público», um assessor do ministro João Cravinho afirmou que a questão está a ser negociada com a concessionária das travessias rodoviárias do Tejo em Lisboa.

«Não está previsto nenhum aumento imediato», garantiu ao jornal da Quinta do

Lambert o assessor do ministro do Equipamento, quando confrontado com a eventual actualização dos preços da portagem da nova ponte entre Sacavém e o Montijo.

Entretanto, num comunicado do dia 27, o Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território esclareceu que «não estão definidos nem o montante nem data para actualização das portagens na Ponte 25 de Abril».

Sondagem PS com maioria absoluta

Se as eleições legislativas fossem hoje, o PS alcançaria a maioria absoluta, de acordo com uma sondagem DN/TSF/Universidade Moderna, referente a Novembro.

Um «score» que vem confirmar que a derrota do Sim no referendo do passado dia 8 de Novembro, não alterou em nada a confiança que os portugueses continuam a depositar no PS e no seu Governo.

Segundo o estudo de opinião, o PS obteria 51,1 por cento dos votos, enquanto o PSD alcançaria 30,4 por cento.

A larga distância surgem a CDU com 7,4 por cento e o PP com 5,3 por cento, que não consegue subir não obstante a onda de demagogia imprimida por Paulo Portas. Às vezes o populismo não pega. É que o

regime democrático já tem quase 25 anos. Esta sondagem revela ainda que, no que concerne à popularidade das personalidades de esquerda, os dois primeiros lugares são ocupados por Jorge Sampaio e António Guterres.

De registar a subida nos índices de popularidade de Sousa Franco. É o reconhecimento dos portugueses a um ministro que tem como imagem de marca a extrema competência e seriedade.

À direita, a personalidade com maior índice de popularidade continua a ser Santana Lopes logo seguido de Duão Barroso. O líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, continua a ocupar uma modestíssima 10ª posição.

Timor-Leste O passo mais importante...

O primeiro-ministro, António Guterres, considerou, no dia 26, em Almeida, distrito da Guarda, que o «mais importante» no reatar das negociações entre Portugal e a Indonésia sobre Timor-Leste foi «a tomada de posição das Nações Unidas».

«O envio de uma missão imediata a Timor-Leste era o nosso objectivo essencial. Toda a nossa política tem sido articularmos cada vez melhor com as Nações Unidas e que as Nações Unidas se fixem permanentemente em Timor-Leste», frisou. Nesta perspectiva, «foi muito importante

os passos que foram dados pelas Nações Unidas neste momento», reafirmou António Guterres, acrescentando: «Acho que valeu a pena fazermos o que fizemos.»

«Naturalmente que devemos responder positivamente aos apelos que as Nações Unidas nos dirigem. O nosso objectivo é contribuir para resolver os problemas e envolver cada vez mais as organizações internacionais, as Nações Unidas e a Cruz Vermelha Internacional, na solução do problema», disse ainda.

ALBUFEIRA

XV Cimeira Luso-Espanhola

ACORDO HISTÓRICO SOBRE RIOS

A XV Cimeira Luso-Espanhola realizada em Albufeira nos dias 29 e 30 de Novembro ficou marcada pela assinatura entre os dois países de um acordo «histórico» para a gestão dos rios comuns. Na cimeira onde foram também assinados importantes acordos noutras áreas, ficou patente o empenhamento de António Guterres e do seu homólogo espanhol em manterem um relacionamento excepcional entre os dois países.

«E sta foi a cimeira mais importante que se realizou entre os nossos dois governos democráticos, ou seja, desde há 25 anos», afirmou António Guterres no dia 30, ao anunciar o fim da maratona negociadora sobre a água.

Segundo o primeiro-ministro português que emergiu desta cimeira, para quem ainda tivesse dúvidas, como um grande estadista, o convénio hidrológico «é o mais ambicioso, mais abrangente, mais moderno e mais eficaz algum vez assinado e é fruto de uma muito laboriosa negociação que conduziu a um resultado extremamente equilibrado e que protege de forma admirável os interesses tanto de Espanha como de Portugal».

Outra figura em destaque na cimeira foi a ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, obreira do acordo sobre a água que assinou, após intensas horas de negociações, com a ministra espanhola da Agricultura, Loyola de Palacio.

Elisa Ferreira e a sua homóloga espanhola conseguiram chegar a um entendimento que permitiu a assinatura de um acordo histórico que dá garantias de uma gestão equilibrada dos rios internacionais a ambas as partes.



Em declarações aos jornalistas, Elisa Ferreira que demonstrou nesta cimeira a sua reconhecida capacidade técnica mas também política, classificou o acordo de «equilibrado», revelando que nas últimas horas foi preciso limar algumas arestas. O acordo garante para Portugal os caudais necessários à concretização dos seus projectos de desenvolvimento e estipula que do lado espanhol só poderão fazer-se transvases desde que não afectem o

volume de água acordado para chegar a Portugal.

A gestão do convénio ficará a cargo de uma comissão mista que garantirá o seu cumprimento e estipulará as situações de excepção.

O mecanismo de acompanhamento da concretização do acordo é permanente por parte da comissão mista de técnicos. Na cimeira ficou igualmente patente a convergência de Lisboa e Madrid quanto

às críticas à actual presidência austríaca da Comissão Europeia que preconiza a redução drástica dos fundos de coesão. «Espanha e Portugal não devem nada a ninguém, recebem em função dos objectivos do Tratado, e estamos plenamente convencidos de que uma política de coesão e solidariedade serve não apenas aqueles que recebem fundos, mas todos os países da União Europeia», disse Aznar.

Pacote de acordos

Os Governos de Portugal e Espanha decidiram ainda estabelecer acordos transfronteiriços em matéria de pescas, segurança, trabalho e solidariedade. No que respeita às pescas, ficou definida a criação de um comité bilateral e de um grupo de negociação para o controlo das infracções.

O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, e o seu homólogo espanhol decidiram, por seu lado, reforçar a cooperação na perseguição aos criminosos. O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, e o seu homólogo espanhol, Javier Bocanegra, assinaram uma «declaração de intenções sobre cooperação e assistência técnica laboral» que alarga à área da solidariedade o âmbito

do protocolo sobre a mesma matéria celebrado em 1997.

De acordo com o documento, o primeiro a ser assinado na XV Cimeira Luso-Espanhola, os dois países vão «impulsionar a cooperação mútua» em matérias como a «promoção do emprego».

O texto dá especial atenção às medidas que se destinam à «inserção laboral de grupos que se encontram em desvantagens no mercado de trabalho», designadamente os jovens, as mulheres, os trabalhadores com algum tipo de deficiências e os desempregados de longa duração.

Portugal e Espanha acordaram também impulsionar a cooperação nos domínios da Formação Profissional, Segurança e Saúde no Trabalho, experiências sobre As-

suntos Sociais e Solidariedade e em «qualquer outra matéria» que corresponda às áreas tuteladas por Ferro Rodrigues e Javier Bocanegra.

As duas partes comprometeram-se também a «elaborar programas e projectos susceptíveis de serem realizados conjuntamente», «organizar reuniões de peritos provenientes dos respectivos órgãos competentes» e «participar nos principais eventos de carácter científico e técnico que tenham lugar em cada um dos países relacionados com o emprego, a formação profissional, a segurança e a saúde no trabalho».

A declaração prevê também a realização de actividades de carácter científico relacionadas com as matérias acima

indicadas, «de acordo com as disponibilidades orçamentais de cada uma das partes».

A celebração de «reuniões periódicas (semestrais) para tratar dos temas incluídos na ordem do dia dos programas de trabalho da Presidência do Conselho da União Europeia», foi outro dos pontos da declaração de intenções assinada domingo por Ferro Rodrigues e Javier Bocanegra.

A «colaboração na elaboração e desenvolvimento de acções no âmbito dos Programas Euromediterrânicos» e a responsabilização mútua pela «organização e execução das acções de cooperação» foram os dois últimos pontos do documento.

CONFIANÇA NOS MUNICÍPIOS À PROVA DE CORES PARTIDÁRIAS

O primeiro-ministro, António Guterres, manifestou, no dia 29, ao terminar quatro dias de Governo em Diálogo na Beira Interior, a confiança do Governo «nos municípios, qualquer que seja a sua cor política, nas forças vivas, nos empresários e associações». «Ao fim de quatro dias de visita a dois distritos onde foram anunciados projectos excepcionalmente importantes para esta zona do interior, sabemos que todo o investimento que o Estado aqui vai fazer, vai ser bem aproveitado», sublinhou Guterres.

Questionado sobre qual o momento mais satisfatório para si neste Governo em Diálogo, o chefe do Executivo confessou ter sido «a emocionante e carinhosa» recepção que teve da população na freguesia de Donas, terra de origem da sua família. «É gratificante verificarmos que aqueles que nos conhecem desde miúdos continuam a ter connosco uma relação muito afectiva», disse.

Relativamente às decisões tomadas pelo actual Governo socialista para a região no que diz respeito às auto-estradas, caminhos-de-ferro e ao Regadio da Cova da Beira, «que estavam parados», o primeiro-ministro destacou, contudo, a importância da extensão do gás natural ao interior do País. Esta decisão, frisou, «é reveladora de que hoje olhamos para esta zona querendo dar-lhe os mesmos factores de competitividade que tem o litoral do País».

Castelo Branco: a linha da beira baixa

Para provar a aposta governamental na dotação dos distritos de Castelo Branco de infra-estruturas para transportes está a garantia dada por Guterres, em Castelo Branco, de que a linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa vai beneficiar até ao 2002 de um investimento de 16,5 milhões de contos para electrificação, numa primeira fase entre Mouriscas e Castelo Branco.

A modernização desta linha, segundo o presidente do Conselho de Administração da CP, Crisóstomo Teixeira «inclui novo material circulante e vai permitir ganhos nos tempos de viagem de cerca de 40 minutos até Castelo Branco e de cerca de 50 minutos até à Covilhã».

O primeiro-ministro, por sua vez, sublinhou que «a melhoria desta linha tem agora um projecto com princípio e fim» para permitir novas condições de acessibilidade desta região a Lisboa.

O chefe do Governo visitou também as ruínas do antigo Cine-Teatro Avenida de Castelo Branco, destruído por um incêndio há cerca de 13 anos e cuja recuperação a Câmara Municipal de Castelo Branco vai co-



meçar ainda este ano, com um investimento de cerca de meio milhão de contos. Ao lado ficam as instalações do antigo Oitavo Regimento de Cavalaria, que a autarquia adquiriu recentemente por 233 mil contos e vai recuperar também, transformando-o no Centro Cívico da cidade.

Covilhã: preservação e valorização da serra da Estrela

Chegado, no dia 28, ao concelho contemplado pela natureza com a grandiosidade da Serra da Estrela, Governo anunciou vários investimentos na região classificada pelo primeiro-ministro, António Guterres, como sendo a «matriz da nossa identidade cultural, económica e de cidadania».

Guterres falava na Covilhã, durante a apresentação do «Plano de Aproveitamento das Potencialidades Turísticas e Ambientais da Serra da Estrela», que prevê a recuperação do antigo Sanatório dos Ferroviários, próximo das Penhas da Saúde, e sua transformação em Pousada da Enatur- Empresa Nacional de Turismo, onde vão ser investidos dois milhões de contos.

Salientando a importância de preservar e dignificar este maciço montanhoso, o primeiro-ministro disse que a serra da Estrela constitui «um potencial natural admirável».

Por sua vez, o ministro da Economia, Pina Moura, que participou nesta sessão, adiantou que, além dos dois milhões e contos a investir na Pousada da Enatur, os esforços turísticos previstos para a Serra da Estrela e que envolvem parceiros privados prevêem a aplicação de mais 3,4 milhões de contos. Aproveitou também a ocasião para dizer que o Governo está apostado em «afirmar e confirmar que a identidade dos Lanifícios da Serra da Estrela têm futuro».

O governante revelou ainda que foi assinado um despacho conjunto de todos os membros do Executivo, criando, na Covilhã, uma extensão do Centro de Formalidades de Empresas, sediado em Coimbra, no âmbito de uma experiência-piloto que se pretende alargar a outras cidades do interior.

Nesta sessão foi assinado um protocolo de colaboração entre o Estado, representado pelas Secretarias de Estado do Turismo, do Ambiente e do Desenvolvimento Regional, com a empresa concessionária da exploração do turismo e desportos da Serra da Estrela (Turistrela) que contempla várias iniciativas tendentes à «conciliação entre a preservação dos valores naturais e a actividade turística».

Almeida: educação no coração

O primeiro-ministro, que pernitoou na Pousada de Almeida, começou, na passada quinta-feira, o segundo dia de Governo em Diálogo no distrito da Guarda com uma visita aos principais pontos em recuperação da antiga praça de armas fronteiriça onde a entrada ainda é feita através de portadas abertas na dupla muralha.

Almeida é uma das dez localidades que têm estado a ser alvo de obras ao abrigo do Programa de Recuperação de Aldeias Históricas.

Durante a estada em Almeida, Guterres dirigiu-se aos arredores da vila, já fora do perímetro amuralhado, a fim de visitar a Escola Básica 2 + 3, onde foi saudado por dezenas de estudantes.

O chefe do Governo foi abordado no local por um grupo de elementos da comissão de pais da escola de São Miguel do Outeiro, no concelho de Tondela, onde lhe expuseram o problema dos seus filhos, cuja escola introduziu o horário completo, de manhã e tarde, mas não tem cantina.

Isto obriga os cerca de 40 alunos a percorrer a pé uma grande distância para irem almoçar a casa, sujeitos a serem assaltados pelo caminho, explicaram.

Para Guterres, o sistema dos horários completos é uma boa solução que pode concretizar-se nos grandes centros onde as escolas são grandes e há cantinas, devendo haver adaptações nos locais onde as escolas não têm cantinas e têm apenas um número reduzido de alunos.

Neste sentido, a secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente, também presente na ocasião, deu garantias de que o problema «já está a ser visto com o Centro de Área Educativa e com a direcção regional de educação».

«Tem que haver uma solução de horário que convenha mais e que não ponha em causa a segurança das crianças», assegurou Ana Benavente.

Sabugal: Barragem é o projecto da vida de Guterres

Ainda no distrito da Guarda e de visita à Barragem do Sabugal em construção, António Guterres disse que este empreendimento integrado no Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira é o projecto da sua vida.

Guterres recordou que durante toda a sua vida política ouviu falar desta obra e que sempre se bateu pela sua concretização

dado ser um «elemento estruturante no projecto do Regadio da Cova da Beira».

Destaque-se que a Barragem do Sabugal constitui o primeiro projecto de regadio do País sob pressão natural que não necessita do dispêndio de energia e que vai gerar electricidade com aproveitamento da queda de 220 metros, em túnel de ligação entre a Barragem do Sabugal e a da Meimosa.

O investimento para a albufeira e regadio é de sete milhões de contos, a que se segue a aplicação de mais 11 milhões de contos até ao ano 2004, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, explicou à Imprensa o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, que acompanhou a visita do primeiro-ministro ao empreendimento.

Manteigas: primeiro programa abastecimento água e despoluição

E porque os recursos hídricos do nosso país são matéria prioritária para a administração socialista, o Governo em Diálogo procedeu, em Manteigas, à apresentação daquele que há de ser lembrado como o primeiro Programa Multimunicipal de Abastecimento de Água e Despoluição a concretizar no interior do País.

Trata-se do Sistema de Abastecimento de Água e Despoluição do Zêzere Nascente que vai abranger sete municípios da região da Serra da Estrela e os 21 concelhos (entre os quais Lisboa) abastecidos pela EPAL, através da captação de Castelo de Bode. Trata-se igualmente da primeira vez que um projecto desta dimensão no interior de Portugal beneficia do Fundo de Coesão (em cerca de dez milhões de contos) e é ainda a primeira vez que se concretiza um Programa Integrado de Abastecimento de Água e de Tratamento dos Esgotos, conforme salientou a ministra do Ambiente, Elisa Ferreira.

Guarda: duplicação do IP5

Em matéria de circulação rodoviária, o passo decisivo foi, finalmente, dado. A abertura das propostas do concurso para a duplicação do IP5 realiza-se a 22 de Dezembro, conforme anunciou o primeiro-ministro, durante uma visita às obras de construção da Via de Cintura Externa da Guarda (Viceg).

No IP5 «o que está a ser feito neste momento é apenas remediar», afirmou António Guterres, ao mesmo tempo que recordava as condições em que foi construída a controversa estrada.

«O problema contudo só se resolve com a auto-estrada e a duplicação do IP5», referiu ainda o chefe do Executivo socialista, pouco depois de chegar à Guarda.

A Viceg vai ficar articulada com o IP2, a auto-estrada da Beira Interior, que liga Abrantes à Guarda onde se cruza com a que faz a ligação Aveiro/Vilar Formoso, foi divulgado na breve sessão em que se realizou a apresentação das novas acessibilidades da região. Os ministros Veiga Simão, José Sócrates, Pina Moura e Manuel Maria Carrilho eram algumas das personalidades presentes na sessão.

MJR

PELO PAÍS

Governança Aberta

AGRICULTURA - O Ministério da Agricultura vai lançar uma linha telefónica, disponível durante as 24 horas do dia, para a recepção de denúncias de suspeitas de entrada em Portugal de carne de suínos de fraca qualidade ou em más condições de higiene.

A novidade foi dada, na passada quinta-feira, dia 26, por Capoulas Santos, na Comissão Parlamentar de Economia e Finanças, durante o debate na especialidade do Orçamento de Estado para 1999.

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas respondeu a uma intervenção do deputado Carlos Duarte (PSD), que acusou o Governo de não tomar as medidas necessárias no que diz respeito à actual crise no sector suinícola.

O ministro adiantou ainda estar a preparar a coordenação entre as várias autoridades que supervisionam o sector, ou seja, a Direcção-Geral de Veterinária, a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Direcção-Geral de Actividades Económicas e a Direcção-Geral de Fiscalização da Qualidade Alimentar.

Capoulas Santos garantiu ainda que, no caso de denúncia recebida através da referida linha telefónica, a GNR estaria «imediatamente disponível para actuar», bem como cerca de 1 100 médicos veterinários por todo o País.

AMBIENTE - A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, presidiu, no dia 27, em Lousada, Porto, à assinatura dos contratos-programa que permitirão, até finais de 1999, a solução do abastecimento de água e tratamento de esgotos nos concelhos do Vale do Sousa.

Os contratos-programa englobam os projectos que os seis municípios do Vale do Sousa consideram de maior prioridade, num valor global de 1,7 milhões de contos.

Segundo o Ministério do Ambiente, os concelhos de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, onde vivem cerca de 314 mil pessoas, regista «das mais baixas taxas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais» do País.

CIÊNCIA - O Ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, presidiu no dia 26, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, à primeira parte dos trabalhos da conferência anual do European Collaborative for Science, Industry and Technology Exhibitions (ECSITE), que se realizou pela primeira vez em Portugal.

Mariano Gago disse na abertura dos trabalhos que nesta fase de fim de século é imperativo capitalizar experiências e evoluir na concepção dos centros científicos com vista à formação dos Museus de Ciência e Tecnologia do Futuro.

A conferência ECSITE '98 reuniu responsáveis e peritos dos mais importantes museus e centros de divulgação científica da Europa. O ECSITE conta com 197 museus-membros.

A sessão «Tendências da Moderna Museologia Científica na Europa» teve introdução de Simona Bodo, da Fondazione Giovanni Agnelli (Itália), que elaborou um pouco sobre a importância das relações entre a ciência, os museus e a sociedade.

COMUNICAÇÃO SOCIAL - O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, considerou, no dia 26, em Queluz, Sintra, que os portugueses estão muito dependentes da televisão e rádio, razão que o leva a querer fomentar a leitura dos jornais.

«Uma das formas é criar entre os jovens esse hábito, tanto mais que Portugal é um dos países da União Europeia com mais baixo índice de leitura de imprensa», especificou Arons de Carvalho na assinatura de um protocolo com o secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins.

O objectivo do protocolo - assinado na Escola Secundária Miguel Torga em Queluz - é criar hábitos de leitura entre os jovens através dos jornais regionais.

A escolha dos jornais regionais foi justificada pelo presidente do conselho directivo da escola, José Carlos Cruz, com o facto de a globalização ser feita «à custa das realidades locais».

O secretário de estado Oliveira Martins salientou a importância da ligação dos jovens às realidades locais.

O protocolo abrange todas as escolas do 2º e 3º ciclos e escolas secundárias do País.

CULTURA - A secretária de Estado da Cultura, Catarina Vaz Pinto, esteve presente, no dia 27 de Novembro, no Anfiteatro da Biblioteca Nacional, durante a evocação de José Cardoso Pires.

Na cerimónia realizou-se uma reflexão sobre a obra do escritor falecido recentemente, numa mesa-redonda centrada sobre o tema «José Cardoso Pires ou a Escrita como Diversidade».

DESPORTO - O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, presidiu, no dia 27, à cerimónia de assinatura do contrato-programa entre o Complexo de Apoio às Actividades Desportivas, o Instituto Nacional do Desporto e a Federação Portuguesa de Golfe, que cria as condições para a construção de um campo de golfe no complexo desportivo do Estádio Nacional.

O equipamento incluirá um campo de nove buracos, um campo de treino, três buracos para iniciação e infra-estruturas de apoio.

EMPREGO E FORMAÇÃO - A educação é uma das maiores apostas do Governo no combate à pobreza, tendo em vista «a criação de alicerces que criem perspectivas de vida positivas para os mais jovens», disse no dia 26, no Porto, secretário de Estado do Emprego e Formação.

Paulo Pedroso, que falava à Comunicação Social antes da sessão de abertura das Jornadas Nacionais de Luta Contra a Pobreza, revelou que, das 350 mil pessoas abrangidas pelo Rendimento Mínimo Garantido (RMG), metade tem menos de 18 anos, facto que «justifica uma grande aposta na educação, para arrancar os mais jovens de uma tradição familiar de grande pobreza». O secretário de Estado sustentou que «a intensidade de pobreza será reduzida em cerca de 50 por cento devido ao RMG», facto que terá «efeitos significativos» no futuro dos filhos jovens de famílias carenciadas.

Paulo Pedroso lançou, porém, um apelo à sociedade para que se mobilize no sentido da inserção social, salientando que «o combate ao desemprego depende muito dos empresários».

«É com esse objectivo que o Governo tem procurado implementar medidas de incentivo para ajudar o sector empresarial», disse o governante, aproveitando para anunciar «algumas novidades» em 1999, no âmbito de uma política de criação de oportunidades de trabalho.

Além das denominadas empresas de inserção, já criadas pelo Executivo, Paulo Pedroso salientou, entre as novas medidas, o aperfeiçoamento dos apoios ao trabalho

para pessoas em situação de desemprego prolongado.

O combate à pobreza em Portugal foi classificado pelo secretário de Estado como «inovador na Europa, uma vez que está a ser realizado em simultâneo com a inserção social».

TRABALHO E SOLIDARIEDADE - O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, presidiu, no passado dia 27, em Lisboa, à sessão de abertura do seminário «Locais de Vida e Trabalho na Comunidade para os Adultos com Autismo», promovida pela Associação Portuguesa para a Protecção aos Deficientes Autistas.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 25 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que atribui à Sociedade Metro do Porto, SA a concessão do serviço público do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto e aprova as bases que a regulam;
- Uma resolução que aprova a minuta do contrato a celebrar entre o Metro do Porto, SA, e o Agrupamento Complementar de Empresas Normetmo;
- Uma resolução que autoriza a Direcção-Geral do Património a adquirir um conjunto urbano («Compound») situado no n.º 8 da Rua Dong Wu Jie San Li Tun, no distrito de Chaoyang, em Beijing (Pequim), na China, com vista à futura instalação da Chancelaria e da Residência da Embaixada de Portugal e outras dependências diplomáticas na capital chinesa;
- Quatro decretos-lei que transpõem para a ordem jurídica interna as normas europeias relativas aos valores limite e aos objectivos de qualidade para as descargas na água e no solo de cádmio, mercúrio, hexaclorociclo-hexano e de certas substâncias perigosas;
- Uma resolução que cria a estrutura de projecto para as questões de organização e logística da Presidência Portuguesa da União Europeia e da UEO;
- Um decreto-lei que cria o regime de concessão de apoio financeiro especial para realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação em habitação própria permanente de indivíduos e agregados familiares economicamente carenciados;
- Uma proposta de lei que concede autorização ao Governo para dotar os engenheiros técnicos portugueses de uma associação profissional de natureza pública;
- Um decreto-lei que revoga o n.º 1 do artigo 27º do decreto-lei n.º 182/95, de 27 de Julho, que estabeleceu as bases da organização do sistema eléctrico nacional;
- Um decreto-lei que altera os estatutos do Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP);
- Um decreto-lei que altera a orgânica da Orquestra Nacional do Porto;
- Um decreto-lei que altera a orgânica da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema;
- Um decreto-lei que altera o Estatuto dos Solicitadores;
- Uma resolução que cria, no âmbito do Ministério de Ambiente, uma Comissão de Acompanhamento destinada a conduzir os trabalhos tendentes à criação do Sistema Multimunicipal de Captação e Tratamento de Água para Consumo e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Alto Zêzere;
- Uma resolução que adjudica ao Consórcio Beiragás, a concessão de exploração da rede de distribuição regional de gás natural do Centro Interior e construção das respectivas infra-estruturas;
- Uma resolução que adjudica à Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo SA, a concessão de exploração da rede de distribuição regional de gás natural do Vale do Tejo e a construção das respectivas infra-estruturas;
- Uma resolução que alarga a área de intervenção do Programa de Desenvolvimento Integrado da Serra da Estrela (Proestrela) ao município de Fornos de Algodres;
- Uma resolução que aprova a aquisição do prédio urbano sito na Rua Luís de Camões e Travessa da Mãozinha, em Coimbra, para ampliação das instalações da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
- Uma resolução que aprova a aquisição do imóvel sito em Lisboa na Rua Martens Ferrão, n.º 11;
- Uma resolução que aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alvito;
- Uma resolução que aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sines-Burgau;
- Uma proposta de resolução que aprova o Protocolo de Emendas ao Acordo de 28 de Junho de 1973, entre o Governo da República Portuguesa e o Conselho Federal Suíço relativo aos transportes internacionais de pessoas e mercadorias por estrada;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a Convenção relativa à adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à convenção sobre a lei aplicável às obrigações contratuais, aberta à assinatura em Roma em 19 de Julho de 1980, bem como ao primeiro e segundo protocolo relativo à sua interpretação pelo Tribunal de Justiça;
- Um decreto-lei que estabelece regras sobre o regime geral de estruturação de carreiras na Administração Pública.

ESTRASBURGO REJEITA RENACIONALIZAÇÃO DE PARTE DAS AJUDAS AGRÍCOLAS

O Parlamento Europeu (PE) rejeitou o princípio da renacionalização de uma parte das ajudas directas da UE aos agricultores, defendido pelos maiores contribuintes líquidos para o orçamento comunitário.

Chamado a votar uma proposta de resolução sobre a reforma da PAC, o plenário retirou do texto, proposto em conjunto pelos partidos Liberal (LDR) e Popular Europeu (PPE), o parágrafo em que estes dois grupos políticos admitiam a possibilidade de os Estados-membros co-financiarem, futuramente, parte da Política Agrícola Comum

(PAC).

A ideia também é perfilhada por parte do grupo socialista, um dos co-autores de uma segunda proposta de resolução sobre o mesmo tema.

O plenário foi mais sensível aos opositores da renacionalização de uma parte da PAC, proposta emanada na origem da Comissão Europeia, que a avançará a pensar nas reivindicações dos países mais ricos da União, que lutam pela redução das respectivas contribuições para o orçamento dos Quinze.

EURODEPUTADOS DO PS VOTARAM CONTRA RESOLUÇÃO SOBRE PAC

Os socialistas portugueses no Parlamento Europeu rejeitaram no dia 19 uma resolução que contempla a posição do governo de Portugal contrária à renacionalização de parte das ajudas agrícolas da UE.

A resolução em que o PE exclui o princípio do co-financiamento partilhado pela UE e pelos Estados-membros de parte das despesas da Política Agrícola Comum (PAC) foi aprovada no plenário por 213 votos favoráveis, quase todos do Partido

Popular Europeu (PPE) 209 contra, socialistas na sua maioria, e 46 abstenções, incluindo as dos comunistas portugueses. Este é o panorama revelado pela grelha da votação nominal distribuída pelos serviços da assembleia.

O plenário aprovou a resolução depois de lhe subtrair, numa votação separada, um parágrafo em que se previa a renacionalização da PAC.

Embora tenha contribuído para a retirada do parágrafo lesivo dos interesses portugueses, votando a favor da sua supressão do texto, a delegação do PS no Parlamento Europeu seguiu, na votação final da resolução, a orientação adoptada pelo grupo político europeu a que pertence.

Surpreendentemente, nenhum dos socialistas portugueses que participaram na votação final apoiou a resolução modificada, que consagra a posição defendida por vários membros do Governo português em sucessivos conselhos de ministros da União Europeia.

Em recentes reuniões de ministros da Agricultura, dos Negócios Estrangeiros (Assuntos Gerais) e das Finanças, os ministros Capoulas Santos, Jaime Gama e o secretário de Estado do Tesouro, Teixeira dos Santos, rejeitaram a ideia de os Estados-membros co-financiarem uma percentagem das ajudas directas destinadas aos agricultores, argumentando que a medi-

da penalizaria ainda mais a agricultura nacional, aquela que menos dinheiro recebe do orçamento agrícola da UE.

Esta é também a posição dos membros portugueses do PPE e da União Para a Europa (UPE) que votaram em bloco a proposta de resolução, que depois de emendada se tornou favorável aos interesses de Portugal.

A renacionalização da PAC é um dos métodos preconizados pela Comissão Europeia e pelos Estados-membros que mais contribuem para os cofres comunitários para poupar dinheiro, visto que estes países querem ver reduzidas as suas contribuições financeiras no âmbito da reforma do sistema de recursos próprios da União Europeia, prevista na Agenda 2000 (quadro económico-financeiro para os anos 2000-2006).

É, também, a proposta mais polémica colocada sobre a mesa do Conselho de Ministros dos Quinze e da sua antecâmara (o comité dos embaixadores dos Estados-membros junto da UE) no quadro das negociações sobre a reforma da PAC. António Campos foi o único dos nove deputados do PS e o único português que votou pela permanência do controverso parágrafo, manifestando-se de forma clara a favor de uma maior responsabilização dos governos nacionais pelo financiamento da política agrícola.

FINANÇAS

Euro

GOVERNOS DA UE QUEREM UM BCE INDEPENDENTE, MAS COOPERANTE

Os ministros das Finanças dos 11 países do euro insistiram no dia 23, em Bruxelas, na necessidade de uma cooperação estreita com o banco do euro (BCE) na implementação de políticas geradoras de crescimento económico e de emprego.

A conjugação da política monetária europeia, que será conduzida pelo Banco Central Europeu, a partir do arranque da moeda única, a 1 de Janeiro próximo, com as políticas orçamentais e fiscais, que são da responsabilidade dos governos nacionais, foi o principal tema da reunião do Euro-11, conselho informal que reúne os titulares das Finanças dos países participantes na união monetária.

Na sequência de um jantar informal, realizado em Bruxelas, de ministros das Finanças de Governos socialistas, os titulares dos 11 países do Euro insistiram na necessidade de as futuras moedas e política monetária únicas da UE serem contrabalançadas com uma política económica comum orientada para o relançamento do crescimento económico e para a criação de empregos na Europa. A ideia visa impedir que o BCE, na condução da política monetária única e na gestão do euro, se alieie dos principais e reais problemas económicos da União, como são actualmente o desemprego e a que-

bra do crescimento económico.

A mensagem dos ministros dos Onze, que tem como impulsionadores os titulares das Finanças dos quatro grandes da UE - Alemanha, França, Reino Unido e Itália - faz prever a continuação, após a criação do Euro no princípio do ano, do actual «braço-de-ferro» entre governos e bancos centrais, em torno do nível das taxas de juro na União. Em declarações aos jornalistas portugueses, num intervalo do conselho, o ministro das Finanças, Sousa Franco, salientou que «a conjugação de políticas é uma necessidade» que não põe em causa a independência quer do BCE, quer dos governos nacionais.

«As políticas são todas complementares. Se falharem não falham sozinhas, pois têm efeitos umas sobre as outras», declarou o ministro português.

Para Sousa Franco, «as políticas monetárias, orçamentais, fiscais e sociais, que envolvem, nomeadamente, políticas salariais, devem ser abordadas sistematicamente em conjunto».

«Ficou claramente demonstrado na reunião que não há oposição, mas sim complementaridade na prossecução de políticas de crescimento e emprego e de políticas de estabilidade, no âmbito da UE», afirmou o titular português das Finanças.

RELATÓRIO

1997

EUROPA CRIOU 800 MIL POSTOS DE TRABALHO

Cerca de 800 mil novos postos de trabalho foram criados no Velho Continente em 1997, de acordo com um relatório apresentado no dia 27 pela Comissão Europeia, em Bruxelas.

Na Europa, no entanto, o flagelo do desemprego continua a ter níveis alarmantes, atingindo os 18 milhões o exército dos sem-emprego, o que deve implicar dos Estados-membros, agora governados na sua maioria por Governos que se reclamam de esquerda uma nova visão, colocando a

questão do emprego no centro das suas prioridades.

Segundo o relatório da Comissão Europeia, 47 por cento dos desempregados com mais de 25 anos «não possuem mais do que a educação básica», sendo a qualificação profissional eleita como o maior obstáculo ao emprego.

Para reduzir o flagelo do desemprego no Velho Continente, a Comissão Europeia aconselha os diferentes governos a seguirem «linhas directrices para o emprego de 1999».



METRO DO PORTO CONCESSIONADO

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 25 de Novembro, um decreto-lei que atribui à Sociedade Metro do Porto, SA a concessão do serviço público do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, bem como as bases que a regulam.

O Governo procedeu, assim, à aprovação final deste diploma, cumpridas que foram as audições da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e das comissões de trabalhadores da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP e da REFER - Rede Ferroviária Nacional.

O diploma atribui à sociedade Metro do Porto, SA - constituída em 6 de Agosto de 1993 e tendo como sócios a Área Metropolitana do Porto (com 80 por cento do capital social), a Caminhos de Ferro Portugueses, EP (com 15 por cento) e a Metro de Lisboa, EP (com 5 por cento) - a exploração, em regime de concessão, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, aprovando as bases gerais que a regulam.

A concessão terá a duração de 50 anos, contados a partir da data de entrada em vigor deste diploma, podendo tal período ser prorrogado por, no máximo, dois períodos sucessivos de dez anos, desde que a concessionária o requeira.

O decreto-lei estabelece, também, os termos de um acordo parassocial entre os accionistas da concessionária, reforçando o capital social ainda este ano e alterando a estrutura accionista que passará a ter a seguinte configuração: Área Metropolitana do Porto (60 por cento), Caminhos de Ferro Portugueses (5 por cento), Sociedade de Transportes Colectivos do



Porto (25 por cento) e Estado (10 por cento).

O diploma atribui à Metro do Porto, SA a responsabilidade pela regulação das operações que constituirão a infra-estrutura do sistema de metro, a construir por entidade escolhida no âmbito de um concurso internacional, assim como pela montagem do correspondente sistema de fiscalização.

O exercício da concessão fica norteado por exigências e obrigações, algumas de cariz imperativo e outras programáticas, salientando-se, todavia, dois aspectos essenciais: em primeiro lugar, a definição de um regime de controle financeiro; e em segundo, a obrigatoriedade da cedência ou subconcessão da exploração da rede a terceiros, caso a exploração feita directa-

mente pela concessionária venha a ser deficitária.

Procedeu-se, igualmente, à alteração pontual dos diplomas legais aplicáveis ao sector ferroviário, sobretudo em vista da transferência das infra-estruturas ferroviárias existentes para a concessionária e o seu aproveitamento no sistema de metro.

Assim, a REFER e a CP cessam a prestação directa dos serviços que vinham assegurando na Linha da Póvoa e na Linha de Guimarães (até à Trofa), cabendo doravante à Metro do Porto assegurar os serviços de transporte alternativos, através de protocolos com aquelas duas empresas, de forma a garantir a continuidade desses serviços de transporte durante a fase da obra.

Para o desenvolvimento do projecto inte-

grado do sistema de metro, estabeleceu-se um protocolo entre o Estado e as diferentes entidades intervenientes - a Junta Metropolitana do Porto, a sociedade Metro do Porto, SA, a CP e a REFER - no qual se fixa um conjunto de medidas sobre a situação laboral dos trabalhadores da CP e da REFER, afectos à exploração das linhas que passam a integrar o novo serviço concessionado.

A Metro do Porto, SA prevê que o projecto envolva um montante de cerca de 230 milhões de contos, excluindo investimentos e apoios complementares necessários, e que a construção da infra-estrutura venha a ocupar um número global de cerca de mil trabalhadores, número que passará para cerca de 250 na fase de operação.

A rede do metro do Porto será composta pelos troços Hospital de São João - Trindade - Santo Ovídeo; Campanhã - Trindade - Senhora da Hora - Matosinhos; Senhora da Hora - Vila do Conde - Póvoa do Varzim; e Senhora da Hora - Maia - Trofa. Em termos de prazos essenciais, prevê-se que o primeiro troço do metro entre em serviço até finais de 2001, devendo a totalidade do sistema de metropolitano entrar em funcionamento até ao fim de 2003. Entretanto, foi também dada luz verde, na reunião do Conselho de Ministros do dia 25 de Novembro, a uma resolução que aprova a minuta do contrato a celebrar entre o Metro do Porto, SA, e o Agrupamento Complementar de Empresas Normeto. Este diploma vem aprovar o contrato celebrado entre a Metro do Porto e o Normeto, com vista à adjudicação da concepção e realização do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto.

GARANTIDA CONSTRUÇÃO DOS MOLHES NO DOURO

O Governo «está fortemente determinado na construção dos molhes na barra do Douro», garantiu, no dia 20, no Porto, Consiglieri Pedroso, secretário de Estado adjunto do ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

O representante de João Cravinho, que falava da cerimónia de abertura do Congresso Internacional do Douro, revelou que o Executivo socialista apresentaria uma proposta na cimeira luso-espanhola que terminou na passa segunda-feira, no sentido de uma candidatura a fundos comunitários alternativos, apoiada pelos dois países através do INTERREG.

Depois de elogiar a forma «exemplar» como a Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL) conduziu o processo, Consiglieri Pedroso defendeu a transferência do projecto para o Instituto de Navegabilidade do Douro (IND).

«Não faz sentido que a barra do Douro continue a pertencer à jurisdição da APDL, uma vez que ela não tem qualquer actividade portuária neste rio», adiantou o secretário de Estado.

Para Consiglieri Pedroso, a condução do processo pelo IND tem a «vantagem» de se tratar de uma entidade com uma «dupla tutela», ou seja, a do ministério de João Cravinho e a do Ambiente.

Depois de considerar que a navegação fluvial interior do Douro está «finalmente garantida», o governante classificou a navegação fluvio-marítima como «fundamental». É necessário sair e entrar na barra do Douro em condições de segurança; e ao longo de todo o ano», matéria que, segundo disse Consiglieri Pedroso, é da competência do Ministério do Equipamento.

É igualmente fundamental proteger algumas zonas de Gaia e do Porto, como o Cabedelo e o Passeio Alegre, que todos

os invernos sofrem danos consideráveis devido à inexistência de molhes na barra», referiu.

«Essa é uma questão que envolve directamente o Ministério do Ambiente, uma vez que é da sua competência a relação entre o rio e as suas margens», acrescentou o governante, explicando, desta forma, as referidas vantagens da «dupla tutela» do IND.

Consiglieri Pedroso anunciou, entretanto, o arquivamento do processo relativo à queixa apresentada em Bruxelas contra o processo de construção dos molhes.

«A União Europeia considerou que o processo foi bem conduzido pelo Governo português», frisou.

O secretário de Estado considerou, contudo, que essa queixa apresentada por um grupo de críticos da obra, terá «influenciado» Bruxelas a recusar o seu financiamento. Esse não será, no entanto, um obstáculo à

construção dos molhes, conforme adiantou Consiglieri Pedroso. «Há sempre a possibilidade de recorreremos a fundos comunitários alternativos», sublinhou.

Essa hipótese foi discutida na cimeira luso-espanhola, onde a «luz verde» dos espanhóis foi decisiva para o arranque das obras em 1999. Consiglieri Pedroso classificou o Douro como uma «auto-estrada que não se pode subaproveitar na ligação entre o Norte de Portugal e a região de Castela e Leão», acrescentando não ser possível «desperdiçar investimentos».

«Nas últimas décadas acumularam-se investimentos, como a construção de barragens, que não puderam ser aproveitados devidamente», disse o secretário de Estado, suscitando os aplausos da sala e o sorriso de Fernando Gomes, presidente da Câmara do Porto e da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro, entidade promotora do congresso.

PORTO ASSINALA 90 ANOS DE MANOEL DE OLIVEIRA E APRESENTA CASA-MUSEU DO REALIZADOR

O Porto vai comemorar os 90 anos do realizador Manoel de Oliveira com uma homenagem no Teatro Rivoli, anunciou recentemente o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho.

A iniciativa, apresentada durante uma conferência de imprensa realizada no dia 23 sobre o ponto da situação do «Porto Capital Europeia da Cultura 2001», tem lugar no dia 11 de Dezembro, no Teatro Municipal Rivoli, sendo organizada em parceria pela Câmara do Porto e pelo Ministério da Cultura.

Fernando Gomes, presidente da autarquia, revelou que a ocasião será aproveitada para a apresentação do anteprojecto e da maqueta da Casa-Museu Manoel de Oliveira, cuja inauguração deverá acontecer em 2001.

«O projecto é da autoria do arquitecto Souto Moura e tem sido acompanhado de perto pelo próprio Manoel de Oliveira», adiantou Fernando Gomes.

Porto Capital Europeia da Cultura

Por outro lado, o ministro da Cultura revelou que o Governo vai investir cerca de 24



milhões de contos no «Porto Capital Europeia da Cultura 2001».

«O financiamento, um dos problemas que ainda estavam pendentes, está garantido e deverá situar-se entre os 23 e os 25 milhões de contos», disse Manuel Maria Carrilho, em conferência de imprensa após uma reunião com o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes.

Esta verba, que resulta de uma «combinação do Orçamento de Estado com fundos comunitários», tem como destino a construção e intervenção em equipamentos culturais da cidade, o programa de animação da «Capital da Cultura» e a reabilitação urbanística da Baixa portuense. Segundo Fernando Gomes, entre os projectos já confirmados está a construção no Parque da Cidade da Casa da Música, a futura biblioteca e galeria de exposições do Palácio de Cristal e a reabilitação do Palácio do Freixo, onde ficarão sediados os museus da Imprensa e da Indústria. «Este financiamento vai também servir para concluir a intervenção já efectuada no Coliseu», adiantou o autarca.

Requalificação do espaço urbano

No âmbito da requalificação do espaço urbano, a Câmara do Porto prevê intervenções ao nível da recuperação de passeios, pavimentos e fachadas, na áreas envolventes do Teatro Nacional de S. João, Praça da Batalha, Teatro Municipal Rivoli e Coliseu.

«Vamos também poder, finalmente, avançar com velhos projectos como o comboio

histórico, entre a Alfândega e as Caves de Vinho do Porto», revelou Fernando Gomes. Segundo o presidente da Câmara, o «Porto 2001» servirá, ainda, como «impulsionador de um outro conjunto de projectos, nomeadamente a reabilitação do comércio tradicional, que será efectuada por acordo com o Ministério da Economia através do programa de incentivos PROCOM».

Esta intervenção visará o comércio nas ruas Formosa, Fernandes Tomás, Mouzinho da Silveira, Flores, Clérigos e Santa Catarina, entre outras.

Fernando Gomes adiantou, contudo, que a reabilitação do comércio tradicional só estará concluída depois de 2001.

«Ultrapassadas as questões financeiras», conforme palavras do próprio Manuel Carrilho, a instituição formal do «Porto 2001» está ainda dependente da publicação do decreto de criação da sociedade presidida por Artur Santos Silva, que irá gerir todo o processo.

Manuel Maria Carrilho deixou, entretanto, no ar a esperança de ver o financiamento disponibilizado pelo Governo para a Capital da Cultura ser reforçado pela «intervenção mecenática».

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Mariano Gago em Macau

A PONTE ENTRE A EUROPA E A ÁSIA

O ministro português da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, participou, ontem, em Macau, na abertura da Semana de Ciência e Tecnologia, uma iniciativa da Universidade de Macau e da Fundação Macau. Em território macaense, Mariano Gago assistirá à assinatura de um protocolo entre a Agência de Inovação e o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau, que possibilitará a instalação imediata no território de um «focal point» da Iniciativa Eureka.

A assinatura do protocolo permitirá «ter uma antena» da Iniciativa Eureka em território macaense e possibilitará o início da preparação do Encontro Eureka de Empresas Asiáticas e Europeias, que se realizará no ano 2000.

Portugal e a China acordaram em Abril um conjunto de iniciativas no campo das ciências e tecnologias que decorrerão em 1999 e 2000.

No âmbito entre os dois países, ficou marcada para a Primavera de 1999 uma Conferência Internacional sobre tendências da Educação Científica e da Cultura Científica e Tecnológica na Europa e na Ásia, em que se espera uma «grande participação» de técnicos chineses, europeus

e de outros países da região asiática, disse Mariano Gago.

O ministro revelou também que, paralelamente à conferência, poderá realizar-se um encontro de natureza industrial igualmente subordinado à temática das tendências da Educação Científica e da Cultura Científica e Tecnológica na Europa e na Ásia.

«Era particularmente interessante que, entre outros, se comesçassem a explorar nesta região as possibilidades de desenvolvimento tecnológico ligado à indústria dos brinquedos (...), equipamentos técnicos para a educação e para a museologia (...) e todas as novas tecnologias como a produção de cd-rom ou produção de software educativo para as ciências», afirmou.

Mariano Gago anunciou ainda que em Abril de 1999 deverão ser apresentadas as conclusões de um estudo sobre desenvolvimento das instituições de ensino superior de Macau de investigação e de tecnologia. É um trabalho «muito importante para o futuro de Macau», sublinhou o ministro, ao sustentar que Portugal sempre «defendeu» que o território «poderia ser uma ponte entre a Europa e a Ásia, designadamente entre a China e a Europa, em matéria científica e tecnológica».

ESTRASBURGO

Homenagem

GOVERNO APOIA CRIAÇÃO DO MUSEU ARISTIDES DE SOUSA MENDES

«Aristides de Sousa Mendes pensou sempre que Salazar lhe perdoaria, sobretudo em 1945, depois da vitória dos Aliados. Só que tinha subestimado esse aspecto mesquinho e rancoroso de Salazar. Esta história mostra bem, aliás, como Portugal estava cortado da Europa.»

José Alain Fralon
Jornalista do «Le Monde»

A Europa começa a descobrir a existência do «Schindler português». Aristides de Sousa Mendes foi homenageado no dia 17 no Parlamento Europeu por ter salvo a vida a 30 mil pessoas que fugiam ao holocausto nazi através da concessão, em Bordéus, onde era cônsul, de outros tantos vistos de entrada em Portugal.

Durante a cerimónia de homenagem ao ex-cônsul de Bordéus, realizada em Estrasburgo, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, disse que o

Governo português manifestou a sua «solene disposição para apoiar a criação de uma instituição que se proponha, em articulação com a família, recuperar a antiga casa do diplomata português Aristides de Sousa Mendes, em Cabanas de Viriato, transformando-a em museu».

Jaime Gama revelou que «existe igual motivação por parte do Ministério da Cultura e autarquias locais».

No decurso da homenagem, que teve momentos comoventes, foi ainda lida uma mensagem do Presidente da República, Jorge Sampaio, e usaram da palavra a jornalista Diana Andringa, o presidente do PE, Gil Robles, o representante do Congresso Judaico e Otto von Habsburgo (através do filho), ambos salvos por Aristides Souza Mendes.

Da comissão de honra da homenagem faziam parte Willy de Clercq, presidente do Intergrupo do PE Estado Hebreu-Europa, os vice-presidentes do PE, Luís Marinho e Nicole Fontaine, e Otto von Habsburgo.

J. C. C. B.

COMÉRCIO A RETALHO E INDÚSTRIA EM ALTA

O volume de negócios do comércio a retalho manteve a expansão registada há vários meses, de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Face a Agosto de 1997, o volume de negócios do comércio a retalho subiu 13,1 por cento, registando uma taxa de crescimento de 11,8 por cento nos produtos alimentares, bebidas e tabaco e de 14,2 por cento nos produtos não alimentares.

Nos últimos 12 meses, a progressão para o conjunto do sector foi de 9,8 por cento, com taxas de crescimento de 11,1 por cento e 9 por cento, respectivamente, no alimentar e não-alimentar.

Entretanto, também o volume de negócios na indústria cresceu 7,8 por cento.

O volume de negócios, medido através do índice geral, registou aumentos de 7,8 por cento em termos de variação acumulada nos 12 meses anteriores e no ano e de 4,5 por cento face ao mês homólogo de 1997.

Teixeira dos Santos quer investimento fora do défice orçamental

O secretário de Estado das Finanças, Teixeira dos Santos, defendeu no dia 27,



em Londres, que «as despesas de investimento em infra-estruturas deveriam ser excluídas do cálculo do défice orçamental».

«Certos países têm importantes investimentos por realizar, para se colocarem ao nível dos seus parceiros europeus», disse Teixeira dos Santos.

Liderados pelo Bundesbank, o banco central alemão, os partidários da ortodoxia

orçamental pretendem que o pacto de estabilidade seja cumprido à risca, ao contrário da maioria dos Governos socialistas ou social-democratas, incluindo o novo Executivo germânico.

Os ortodoxos exigem orçamentos equilibrados ou mesmo excedentários.

Teixeira dos Santos não rejeita o pacto de estabilidade, mas defendeu uma leitura «mais flexível».

Para o secretário de Estado, «existe margem de manobra no pacto de estabilidade», uma posição partilhada pelo social-democrata Oskar Lafontaine, novo ministro alemão das Finanças, e por outros responsáveis socialistas europeus.

Vice-presidente do BEI elogia Portugal

«Portugal tem sido exemplar na aplicação dos recursos do Banco Europeu de Investimentos», disse no dia 26, na Comissão de Política de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, o vice-presidente do BEI, durante a apresentação do relatório dos 40 anos de actividade daquela instituição financeira.

O vice-presidente do BEI sublinhou que «Portugal tem revelado um espírito inovador, não só em termos de colaboração com a instituição, mas também na apresentação de projectos, tanto no domínio público como no privado».

Recorda-se que o BEI é uma instituição financeira particularmente vocacionada para o apoio ao desenvolvimento regional, financiando projectos de investimento nos domínios empresarial, infra-estruturas de comunicação e energia, entre outros.

FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL PARA 15 MIL JOVENS

Cerca de 15 mil jovens desempregados entre os 15 e os 25 anos, que abandonaram o ensino antes ou após o 9º ano, vão receber formação sociocultural no âmbito de um protocolo de colaboração assinado na passada quinta-feira, dia 26.

O documento foi assinado entre a Escola Superior de Educação de Setúbal (ESE) e o Instituto do Emprego da Formação Profissional (IEFP), numa cerimónia presidida pelo secretário de Estado do Emprego e da Formação, Paulo Pedroso.

Segundo o secretário de Estado, o trabalho vai desenvolver-se em 1999 e integra os programas para Língua Cultura Portuguesas, Inglês, Francês, Alemão, Mundo Actual, Matemática e alguns domínios do Desenvolvimento Pessoal e Social.

Após a acção de formação, ministrada pelo IEFP, os formandos obterão certificações profissionais de nível 2, equivalentes ao 9º ano de escolaridade (escolaridade obrigatória), e de nível 3, equivalente ao 12º ano. Fazer com que o número de jovens abrangidos atinja os 30 mil no ano de 2003 é um



dos objectivos do programa, disse Paulo Pedroso.

Até 2006, acrescentou, «é imprescindível» que todos os jovens com 18 anos tenham

beneficiado de uma componente formativa, mesmo que já tenham tido acesso ao mercado de trabalho.

Paulo Pedroso defendeu a necessidade de

se «avançar na formação pós ensino básico», de modo a preparar os jovens que durante os próximos 40 anos irão responder aos desafios do mercado de trabalho. A formação a ministrará aos jovens tem três componentes: uma de formação geral, outra de formação científico-tecnológica, que abrange 70 por cento do tempo de formação, e a componente prática, com 30 por cento do tempo de formação.

Diminuir os valores de desemprego nos jovens até aos 25 anos, cujo número apesar de estar a diminuir, segundo o secretário de Estado, ainda é superior ao desemprego médio é outro dos objectivos do protocolo.

Criar condições para que haja uma «empregabilidade estrutural» e para que os jovens consigam responder aos desafios e às alterações que irão afectar, nos próximos 30 ou 40 anos, o mercado de trabalho é, segundo Paulo Pedroso, outro dos objectivos do protocolo, assinado por dois representantes do IFP e pela presidente do Conselho Directivo da ESE de Setúbal, Ana Maria Bettencourt.

TURISMO

Zonas protegidas

REGRAS PARA SALVAGUARDA DA NATUREZA

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, anunciou, no dia 27, em Loulé, a aprovação por parte do Executivo socialista de um conjunto de regras e condicionantes para a actividade de turismo de natureza nas 12 zonas protegidas existentes no País. Um diploma aprovado em conselho de secretários de Estado estabelece o Programa Nacional de Turismo de Natureza em todas as zonas protegidas, na tentativa de «conciliar a actividade turística com a protecção do ambiente» naquelas zonas, de acordo com Vítor Neto. Baseado num levantamento exaustivo das múltiplas situações existentes nos parques nacionais, o diploma estabelece regras para a prática do Turismo de Natureza em cada uma daquelas áreas delimitadas, de acordo com um levantamento exaustivo levado a cabo nos últimos meses pelas Secretarias de Estado do Turismo e do Ambiente.

«Pela primeira vez, antecipámo-nos aos erros, estabelecendo regras para que as pessoas possam usufruir da natureza sem a pôr em causa», afirmou Vítor Neto, sublinhando, ainda que, doravante, «as activi-



dades económicas dos habitantes dessas zonas, desde que devidamente enquadradas, poderão coexistir com os parques». O governante reconheceu que, com a política restritiva até agora existente, «as populações residentes eram vítimas do facto

de viverem naquelas áreas».

O diploma aprovado estabelece para cada uma das áreas sujeitas a protecção específica quais as regras a ter em conta e quais as actividades turísticas que se podem levar à prática.

São nomeadamente objectos daquele tipo de regras o tipo de habitações a erguer, a prática ou não de desportos náuticos motorizados, a tipologia de passeios (pedestres, ciclísticos, motorizados) autorizados, ou se o parque «é só para tirar fotografias», exemplificou o responsável governamental.

Vítor Neto falava aos jornalistas após a cerimónia de abertura da Mostra Empresarial do Algarve, uma iniciativa da Associação Empresarial da Região do Algarve (Nera).

No certame apresentaram-se cerca de 60 expositores, 40 dos quais do sector agroalimentar, pertencendo a vintena restante ao «VI Salão de Informática do Algarve», que decorreu em simultâneo com a exposição-mãe.

Durante a cerimónia, foram assinados protocolos entre o Nera e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI), Banco Comercial Português (BCP) e Ocidental Seguros, além de se ter procedido ao lançamento do catálogo bilingue (em português e inglês) «Empresas e Produtos do Algarve», da responsabilidade da associação organizadora da mostra.

HABITAÇÃO

Realojamento

LEONOR COUTINHO APROVA 9,9 MILHÕES PARA NOVAS CASAS

Mais 1 223 famílias vão ser realojadas nos concelhos de Lisboa, Cascais, Matosinhos, Oeiras e Lourinhã, mediante um investimento de 9,9 milhões de contos aprovado pela secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho.

Esse realojamento contará com uma comparticipação a fundo perdido do Estado de perto de 50 por cento do investimento total, sendo o restante garantido através de um empréstimo a longo prazo a conceder pelo Instituto Nacional da Habitação às câmaras municipais.

Em comunicado, a Secretaria de Estado da Habitação e Comunicações refere que para Lisboa foram aprovados 120 fogos na zona «M» de Chelas, com um montante global de 692,6 mil contos.

Para Cascais foi aprovada a construção de 378 casas, nas zonas de Abuxarda, Matarraque, Zambujal e Conceição da Abóboda, com um investimento de 3,38 milhões de contos, enquanto para Matosinhos foi aprovada a construção de 154 fogos em Custódio, com um custo total de 1,421 milhões de contos. Para Oeiras foi aprovada a construção de



441 novas habitações, com um investimento total de 4,366 milhões de contos, e para a Lourinhã foi aprovada a construção de 130 casas, representando um investimento de 926,6 mil contos.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Imprensa e rádios regionais

GOVERNO DISPONIBILIZA 2 MILHÕES DE CONTOS

O Governo vai disponibilizar, no próximo ano, mais de dois milhões de contos para apoios e incentivos a imprensa regional e as rádios locais, anunciou, no dia 28, em Albufeira, o secretário de Estado da Comunicação Social.

Arons de Carvalho, que falava aos jornalistas no final do Encontro Nacional de Jornais e Rádios Locais e Regionais (Lerouvir'98), garantiu que essa verba está inscrita no Orçamento de Estado para 1999.

Isto porque, segundo Arons de Carvalho, a imprensa regional e as rádios locais e regionais «prestam um serviço de grande importância às populações onde estão integradas», daí o Executivo continuar apostado no apoio ao sector.

Na conversa com os jornalistas o secretário de Estado da Comunicação reconheceu os desníveis existentes, em termos de qualidade, no seio da imprensa regionalista portuguesa, situação que leva a uma «concorrência desleal» em termos de procura de apoios.



«Na imprensa regional há jornais de grande qualidade, que apostam em profissionais, no seu conteúdo e na fidelidade com os leitores, e outros que omitem estes princípios e que acabam por ser um dispendio muito grande para o erário público», disse Arons de Carvalho.

Respondendo e reagindo a algumas questões postas no decorrer do encontro, Arons de Carvalho não hesitou em reconhecer que no que toca à publicidade judicial e a alguma publicidade institucional na imprensa regional, a lei não está a ser cumprida.

«Existem obrigações em alguns diplomas no sentido de a publicidade ser divulgada na imprensa regional, o que não acontece em alguns casos», disse o secretário de Estado da Comunicação Social.

SAÚDE

María de Belém em Ponte de Lima

SERVIÇO NACIONAL XXI DIRECCIONADO PARA O CIDADÃO

A ministra da Saúde, María de Belém, anunciou, no dia 27, em Ponte de Lima, que o seu ministério está a trabalhar numa estratégia nacional de saúde para o virar do século essencialmente «direccionada para o cidadão». Segundo a governante, o Ministério da Saúde já definiu aquilo que deve ser o Serviço Nacional de Saúde para o próximo século (SNS XXI), um serviço de saúde assente em princípios e valores que preservem a dignidade humana e que vise «obter mais ganhos para as pessoas». A ministra falava na inauguração do Centro de Saúde de Ponte de Lima, a funcionar desde Junho de 1998 e cujas obras implicaram um investimento que ronda os 320 mil contos, durante a qual salientou que «na saúde há só um único partido, que são as pessoas». Na sua intervenção, María de Belém reafirmou ainda a vontade expressa pelo primeiro-ministro, António Guterres, aquando da discussão do Orçamento para 1999, de dar prioridade à saúde nos próximos anos, atra-



vés da canalização para essa área dos recursos necessários à melhoria da prestação dos cuidados de saúde. Durante a sua deslocação ao Vale do Lima, a ministra da Saúde assistiu ainda a apre-

sentação dos resultados intercalares do estudo piloto de patologia gástrica associada à infecção pela bactéria «Helicobacter Pylori» numa amostra constituída por trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana

do Castelo (ENVC). A escolha dos trabalhadores dos ENVC prendeu-se sobretudo com o facto de estarem sediados numa área com elevada incidência de cancro do estômago e por se tratar de uma empresa com serviços médicos bem organizados. Os resultados obtidos permitem concluir que cerca de 82 por cento dos trabalhadores dos ENVC são portadores da bactéria «Helicobacter Pylori» e que a taxa de infecção é praticamente idêntica à observada pelo IPATIMUP nos dadores de sangue do Hospital de São João e em várias localidades de Trás-os-Montes. Tal como em outros estudos, não foram detectadas lesões de displasia ou cancro de estômago nos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Segundo María de Belém, sendo Portugal o país da Europa com maior incidência e mortalidade por cancro do estômago, estes estudos irão continuar, por forma a definir-se uma estratégia de combate a infecção por «Helicobacter Pylori» e as suas sequelas na população portuguesa.

BRAGA

Sampaio e Guterres

HOMENAGEM A SALGADO ZENHA

O Presidente da República, Jorge Sampaio, e o primeiro-ministro, António Guterres, presidem, a 16 de Dezembro, em Braga, a uma homenagem a Francisco Salgado Zenha, promovida pela Universidade do Minho, anunciou, no dia 26, a instituição. A homenagem, organizada em colaboração com a Câmara e Governo Civil de Braga, coincide com o dia do curso de Direito da Universidade. O evento começa com a inauguração da Biblioteca Francisco Salgado Zenha, constituída a partir de um fundo bibliográfico doado pelos familiares e que ocupa um espaço próprio e autónomo no Campus de Gualtar, em Braga. O fundo documental, especializado em Direito, Fiscalidade e Ideias Políticas, é composto por 17 mil monografias e cinco mil fascículos de publicações periódicas. Após a abertura oficial da biblioteca, realiza-se a sessão solene, presidida por Jorge Sampaio e que terá intervenções do reitor da Universidade do Minho, do presidente do Departamento Autónomo de Direito e de António Guterres. A figura do homenageado será evocada por Miguel Galvão Teles, seguindo-se a distribuição de uma antologia de textos de Salgado Zenha e a entrega dos prémios escolares da licenciatura em Direito. Nascido em Braga, a 2 de Maio de 1923,



Salgado Zenha cursou Direito em Coimbra, defendeu presos políticos e candidatou-se a deputado pela oposição democrática, o que o levou a ser perseguido e preso. Depois do 25 de Abril, Salgado Zenha foi ministro da Justiça (1974-1975) e das Finanças (1975-1976), presidente do Grupo Parlamentar do PS, vice-presidente da Assembleia do Conselho da Europa, presidente do Conselho Nacional do Plano e candidato a Presidência da República. Francisco Salgado Zenha morreu a 1 de Novembro de 1993.

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Prevenção

CAMPANHA ARRANCA HOJE NA LOUSÃ

A campanha de prevenção de incêndios florestais «Viver é conviver» arranca hoje na Lousã tendo por finalidade, segundo a Direcção-Geral das Florestas (DGF), sensibilizar para a prevenção dos incêndios pessoais que usufruem dos espaços florestais. Segundo a subdirectora-geral das Florestas, Maria Teresa Alves da Silva, a população-alvo do projecto «Viver é conviver» é constituída pelos cidadãos que mantêm com as áreas florestais uma relação directa, mas «não vivem directamente delas». Incluem-se neste grupo, designadamente, agricultores, pastores, campistas e outros que se dedicam a actividades de lazer. Maria Teresa Silva lembrou que uma grande parte dos incêndios florestais tem origem na

negligência humana. Integrado na campanha de prevenção contra incêndios na floresta, o projecto «Viver é conviver» é promovido pelo Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro. Participam na sessão, em que será apresentada a mascote e o «slogan» da campanha além do Manual de Silvicultura e de uma história musicada da floresta (por um grupo de alunos da Universidade de Aveiro), os secretários de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, e o adjunto do ministro da Administração Interna, Armando Vara. A apresentação realiza-se no auditório do Centro de Operações e Técnicas Florestais (COTF), junto ao Centro de Meios Aéreos da Lousã, na Chã do Freixo.





Albufeira

Comissão defende menores

Constituída oficialmente desde Abril, está a funcionar na Câmara Municipal a Comissão de Protecção de Menores de Albufeira.

A Comissão tem por objectivo prevenir situações que possam afectar a integridade física ou moral da criança ou do jovem, ou que possam colocar em risco a sua inserção na família ou na comunidade, no que se refere à área da Comarca.



Situações de maus tratos ou outras que ponham em risco a vida dos menores poderão ser objecto de análise desta Comissão, devendo os interessados dirigir-se ao Sector de Acção Social da Câmara Municipal.

Cascais

Campanha de recolha de roupas

Com o apoio da Câmara Municipal, a AMI - Assistência Médica Internacional organizou no dia 16 uma recolha de roupas usadas no concelho de Cascais.

Esta iniciativa teve como objectivo angariar fundos para apoiar as missões desta organização humanitária, nomeadamente aquela que neste momento desenvolve no apoio às vítimas do furacão «Mitch» na América do Sul.



Bombeiros da Parede com nova viatura

A Câmara Municipal de Cascais vai atribuir à Associação de Beneficência e Socorros

Amadeu Duarte, na Parede, um subsídio no valor de 9 660 destinado a possibilitar a compra de uma nova viatura de socorro urbano, reforçando a segurança das pessoas e bens no concelho de Cascais.

O Corpo de Bombeiros Voluntários da Associação Amadeu Duarte, na Parede, que completou no passado dia 26 de Agosto, 72 anos de vida, é constituído por 60 efectivos voluntários que actuam em toda a Freguesia da Parede e em parte da Freguesia de São Domingos de Rana.

Figueiró dos Vinhos

Promoção do turismo

A Câmara de Figueiró dos Vinhos abriu concurso para a elaboração de um vídeo promocional sobre o município.



A iniciativa tem por objectivo dar a conhecer a história, cultura e tradições do concelho, divulgando os pontos de interesse turístico, gastronomia, artesanato, contribuindo deste modo para atrair visitantes e para o desenvolvimento económico do concelho. Por outro lado, serão elaborados outros materiais promocionais, como folhetos, roteiros de informação turística e postais.

Lisboa

Reabilitação de bairros históricos

A Câmara Municipal de Lisboa quer concluir a reabilitação dos bairros históricos até 2015 e com esse objectivo está a tentar a inclusão da matéria no próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA-3).

De salientar que a média anual de fogos reabilitados nos bairros históricos da capital é actualmente de 1 300, mas o crescimento pretendido só poderá ser alcançado com maiores investimentos.

O objectivo é concluir em 2015 todo o programa em curso de reabilitação urbana dos bairros históricos, o que inclui a extensão das operações a outras zonas previstas no Plano Director Municipal (PDM), nomeadamente S. Vicente de Fora, Graça e Alcântara, entre outras.

De um total de 29 mil fogos incluídos nas operações já programadas, foram reabili-

tados até ao momento um número de habitação que se aproxima dos sete mil, que representaram investimentos da ordem dos 20 milhões de contos.



Para reabilitar o que falta nos bairros do projecto inicial - Alfama e Encosta do Castelo, Bairro Alto e Bica, Madragoa, entre outros - são precisos mais 35 milhões de contos, a que acrescem outros 35 milhões de contos para as obras nas restantes zonas previstas no PDM.

Criado em 1988, o plano de reabilitação dos bairros históricos de Lisboa teve apenas como suporte o Recria, mas já com o actual Governo socialista os financiamentos foram reforçados com a criação do programa Rehabita.

O recurso aos financiamentos permite aos particulares conseguir apoios a fundo perdido que podem atingir mais de 70 por cento do total dos custos e também juros bonificados.

Além da autarquia e do Estado, os agentes da reabilitação dos bairros históricos, cada vez mais procurados pela classe média alta, talvez cansada dos condomínios fechados, autênticos guetos de luxo, são a Câmara de Lisboa, o Estado, proprietários e os próprios inquilinos.

Loulé

Centro infantil de Quarteira

O Centro de Apoio à Criança de Quarteira vai receber uma comparticipação financeira da Câmara Municipal de Loulé destinada à execução de obras de arranjos de exteriores, tendo como prioridade a sensibilização e educação das crianças. O apoio no valor de 4 400 contos insere-se num acordo de cooperação, estabelecido em Janeiro do ano passado, entre a edilidade e a instituição louletana, visando a ampliação do referido centro e, consequentemente, a criação de condições de lazer para as crianças.

Marinha Grande

IX Feira de Artesanato e Gastronomia

Numa organização do Clube Desportivo

do Casal Galego em estreita colaboração com a Câmara Municipal da Marinha Grande, a nona edição da Feira de Artesanato e Gastronomia da Marinha Grande abriu as portas ao público no passado dia 21, no decorrer de um acto inaugural que contou com a presença do secretário de Estado do Turismo, Vítor Cabrita Neto.



Durante nove dias a Marinha Grande acolheu nos três pavilhões do Parque Municipal de Exposições, o que de melhor se faz em Portugal em matéria de artesanato e aquilo que de melhor se pode saborear em matéria de cozinha tradicional portuguesa, desde o Minho ao Alentejo até aos Açores.

Os artesãos ocuparam cerca de 115 «stands» nos quais trabalharam materiais tão diversificados como o vidro, o latão, cabedal, couro, pano, estanho e papel ou mostrarão produtos de actividades tão variadas que vão desde a doçaria até ao fabrico de licores ou de enchidos.

Quanto à gastronomia, que esteve representada em nove tasquinhas, pratos tradicionais como o arroz de tamboril, a pasta mirandesa, o bacalhau com arroz, a sopa do vidreiro, a espetada de lulas com camarão, o ensopado de robalo e favas guisadas, foram algumas das iguarias que fizeram as delícias dos mais exigentes visitantes.

Todas as noites houve ainda animação musical.

Vila Real de S. António

Complexo desportivo

O município de Vila Real de S. António vai concretizar até final do primeiro trimestre de 1999, um plano de investimentos no complexo desportivo municipal, orçado em cerca de 50 mil contos, parcialmente comparticipados pelo Fundo de Turismo.

Entre os investimentos previstos, destaque para a construção do terceiro campo relvado e de novos sectores para o lançamento do dardo, disco, peso e martelo. Será ainda construído um novo polidesportivo com funcionalidades próprias para a patinagem, um campo de ténis em terra batida e um ginásio de musculação ao ar livre.

PS EM MOVIMENTO

AMADORA

PS acusa CDU de «delírio»

A Concelhia do PS da Amadora acusou, num comunicado, a CDU local de estar «em absoluto delírio» e de inventar «as mais torpes mentiras», ao acusar a Câmara Municipal e o Estado de desenvolverem «diligências» para alienar os antigos terrenos do Regimento de Comandos, situado na cidade.

No comunicado intitulado «As inverdades da CDU», a Concelhia do PS refere que «alguém ficou preocupado com a proposta totalmente correcta do presidente da Câmara da Amadora», pois, a concretizar-se, esta «inviabilizará quaisquer negociações que estivessem na calha».

PENHA DE FRANÇA

Miguel Coelho reúne com militantes

O camarada Miguel Coelho esteve no passado dia 27, nas renovadas instalações da Secção de França, onde reuniu com os militantes desta dinâmica estrutura e ainda com os camaradas da Secção São João/Beato.

Na reunião, bastante participada, o camarada Miguel Coelho expôs as linhas-mestras da lista que lidera às eleições para a Concelhia de Lisboa.

No fundo, explicou, trata-se do aprofundamento do notável trabalho já realizado ao longo dos dois últimos anos, através de importantes iniciativas, com destaque para os Estados Gerais do Militante.

Nas diversas intervenções, algumas de grande qualidade, em que ficou patente o apoio à lista liderada pelo camarada Miguel Coelho, foram tecidos rasgados elogios ao trabalho desenvolvido pela Concelhia ao longo do último mandato.

Para o futuro, fica a certeza dada pelo camarada Miguel Coelho de a Concelhia de Lisboa continuar a ser uma estrutura que não abdica da sua esfera de acção em todos os domínios que tenham a ver, nomeadamente, com o apoio construtivo à acção da Câmara de Lisboa e do Governo.

No encontro foi ainda rejeitada pelos cerca de 60 camaradas presentes qualquer tentativa de transformar o PS, partido de militantes, em partido de eleitores.



PORTO

PS acusa PSD de «demagogia»

A Federação Distrital do PS/Porto acusou no dia 19 o PSD de «irracionalidade» e «demagogia», criticando as propostas laranja de criação de novos concelhos.

«O PS/Porto não está contra o aparecimento de novos municípios, mas entende que a Assembleia da República e o Governo deveriam proceder a um estudo sério que possibilitasse uma reforma da administração local e, conseqüentemente, autorizasse a criação de novos municípios», refere um comunicado dos socialistas portugueses.

Nesse sentido, o PS/Porto considera que o agendamento na Assembleia da República da discussão e votação da criação de novos concelhos, por «vontade exclusiva» do PSD, representa um «acto de completa irracionalidade política, acrescido da mais evidente demagogia».

«Quando se envereda, como faz agora o PSD, pela irracionalidade e pela demagogia, as conseqüências podem vir a ser desastrosas», refere o documento.

Concelhia critica nova «AD»

Entretanto, a Concelhia do Porto do PS acusou o PSD e o PP locais de «falta de cultura democrática» e de «intriça» por terem desafiado Fernando Gomes a demitir-se do seu mandato autárquico.

O desafio daqueles dois partidos surgiu na sequência do anúncio por Fernando Gomes de que pretendia abandonar a Câmara Municipal do Porto antes do final do mandato.

Em comunicado, os socialistas portugueses consideram as reacções do PSD e do PP fruto da sua «falta de cultura democrática e de respeito da vontade popular», que por três vezes elegeram Fernando Gomes para dirigir a autarquia portuguesa.

Recordando as «vitórias» de Fernando Gomes à frente da autarquia, nomeadamente a classificação do centro histórico do Porto como Património Mundial e Capital Europeia da Cultura em 2001, o PS considera que «é contra este tipo de sucessos de uma gestão autárquica socialista que o PSD e este PP de facto estão, porque se trata de uma gestão que lhes retira pretextos e margem de crítica».

«Que fique bem claro que o município do Porto tem um presidente e que esse presidente se irá manter no pleno exercício das suas funções até que seja irreversível a realização dos projectos que os portugueses em devido tempo sufragaram», frisa-se no comunicado.

Para os socialistas, se Fernando Gomes abandonar a Câmara antes do final do mandato mas depois de realizadas as suas promessas, «não há qualquer ludíbrio ou atitude enganosa».

SETÚBAL

PS vence eleições na Câmara

A lista A, afecta ao PS e encabeçada por Eurídice Pinho, venceu as eleições para a Comissão de Trabalhadores (CT) da Câmara Municipal de Setúbal, obtendo 365 votos e elegendo cinco elementos.

A lista C, próxima do PCP, alcançou 330 votos, equivalente a quatro representantes no órgão.

A lista conotada com o PSD ficou-se pelos 68 votos e não elegeu qualquer representante.

PS/Norte quer debate profundo sobre descentralização

Os presidentes de câmara e deputados socialistas do Porto, Braga e Viana do Castelo decidiram no passado dia 20 solicitar à direcção do PS um «debate nacional profundo, amplo e sereno sobre a descentralização».

Os deputados socialistas dos três distritos e presidentes de câmara da região do Douro Litoral e Minho, reunidos no Porto, abordaram a questão do Aeroporto Sá Carneiro, pedindo ao Governo a «clarificação dessa matéria».

O camarada Rui Solheiro, presidente da Câmara de Melgaco e da distrital socialista de Viana do Castelo, defendeu a necessidade de «combater o centralismo» de forma a «aproximar o poder de decisão do cidadão».

Os socialistas aceitam a «resposta negativa» do eleitorado traduzida pelo «Não» às regiões no referendo do passado dia 8 de Novembro, mas alertam para a necessidade de proceder a uma «nova organização dos serviços de Estado e organismos públicos».

Pela descentralização

Os dirigentes socialistas consideram que «esta é a melhor altura» para proceder a um debate nacional sobre a matéria, promovendo uma verdadeira «reforma de Estado» descentralizadora.

«Todos nós temos consciência que o Estado é demasiado centralizado, caro, com um excessivo peso e não funciona», referiu Rui Solheiro, porta-voz dos dirigentes socialistas reunidos no Porto.

A reunião dos socialistas surgiu de um «hábito promovido para abordar o referendo sobre a regionalização», mantido após a consulta, dada a «necessidade de abordar questões relacionadas com o desenvolvimento da região».

Porto

Marcadas eleições para as concelhias

As eleições para as 17 comissões concelhias da Federação Distrital do Porto do PS realizam-se nos próximos dias 14 e 15 de Janeiro.

Manuel Seabra, membro do Secretariado do PS/Porto, referiu que a decisão, tomada na reunião daquele órgão, faz coincidir as eleições para as concelhias com a eleição do secretário-geral e a escolha dos delegados ao Congresso, marcado para 30 e 31 de Janeiro, em Lisboa.

Na reunião, realizou-se um debate sobre o actual modelo de Estado e o seu funcionamento, verificando-se «um consenso sobre a necessidade de aprofundar a descentralização, dotando os municípios e as áreas metropolitanas com mais meios financeiros para gerir as áreas a seu cargo».

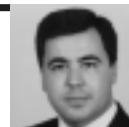
«É também um dado consensual a necessidade de valorizar o papel das associações de municípios e das áreas metropolitanas no sentido de lhes conferir maior eficácia, dotando-as de meios financeiros e capacidade de investimento de forma a que estas estruturas valham mais pelo seu todo do que pela soma das partes que as compõem», disse Manuel Seabra.

Quanto às finanças locais, aquele dirigente referiu que o Secretariado do PS/Porto considera que a acção do actual Governo naquela área representa «um passo de gigante face à actuação do anterior Governo», mas fica ainda aquém do desejável. A questão da descentralização constituirá, assim, uma prioridade para o PS/Porto após a realização do Congresso, estando neste momento em fase de estudo e preparação várias iniciativas nesse sentido.

ECONOMIA

José Conde Rodrigues*

A IMPORTÂNCIA DOS NOVOS CONSELHOS ECONÓMICOS E SOCIAIS REGIONAIS



Nal Conferência Europeia do Desenvolvimento Económico e Social das Regiões para o ano 2000, organizada recentemente pela AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa, para além da importância dos temas abordados, um anúncio público acabou por se destacar: a criação de Conselhos Económicos e Sociais Regionais. O anúncio, em primeira mão, foi feito pelo Ministro João Cravinho e, na sua perspectiva, trata-se de dar execução a algo já reclamado pelos agentes económicos e sociais, bem como corresponder a uma gestão mais participada do futuro Plano de desenvolvimento Económico e Social a vigorar de 2000-2006.

Eis, assim, o virar da página na questão do território e sua respectiva articulação com o

desenvolvimento económico e social. Ou seja, não basta falar de parcerias estratégicas, em concertação entre os diversos agentes no terreno, é preciso ir mais além e procurar espaços institucionalizados onde essa concertação se efectue.

É verdade que o modelo já existe a nível nacional. É verdade ainda que, no Conselho Económico e Social, constitucionalmente previsto e a funcionar, já se discutem as diversas políticas sectoriais que o Governo pretende promover no país. Só que isso hoje não basta. O desenvolvimento faz-se de modo criativo e territorializado, pelo que se torna importante encontrar espaços de parceria institucionalizada, em torno de projectos concretos, onde os diversos actores possam propor, monitorizar e avaliar as diversas políticas regionais, bem como a sua articula-

ção com os diversos poderes públicos.

Ora é aqui que a proposta do Ministro João Cravinho, a implementar durante o ano de 1999, se apresenta, não só actual, como ainda de grande utilidade para a gestão dos fundos comunitários a negociar no âmbito da Agenda 2000. Aliás, estes Conselhos Económicos e Sociais Regionais correspondem a estruturas semelhantes já existentes na maioria dos nossos parceiros da União Europeia. Concertação estratégica regional, olhando para o desenvolvimento como inovação constante e procura da diversidade, será o seu grande desafio. Mais do que ajudar a planejar, deve caber a estes Conselhos o acompanhamento da eficiência dos respectivos instrumentos de planificação, superando e iniquidades nos diferentes territórios, evitando desperdícios na despesa pública.

Em suma, procura-se a optimização dos recursos, públicos e privados, tendo por objectivo a mesma missão: fazer de Portugal um país qualitativamente competitivo. Esse objectivo, contudo, não pode olvidar a realidade actual. Nessa mesma realidade não existe efectiva concertação estratégica. Alguns falam, outros decidem, cada um executa à sua maneira.

Já temos Câmaras de Comércio e Indústria, Associações Empresariais dinâmicas, Associações de Municípios activas, mas é preciso organizar o seu trabalho especialmente, dar-lhe forma sistematizada. O desenvolvimento não se decreta, ele faz-se

gradualmente com a contribuição de todos. Porém, esse mesmo desenvolvimento pode ser sustentado, facilitado, coordenado no território. Ganhando todos, a economia cresce, a riqueza pode ser melhor redistribuída, a inclusão social pode ser alcançada.

Voltando ao ponto, podemos então ficar satisfeitos com esta nova forma de parceria? Não será suficiente. Temos de ser exigentes connosco e com os diversos agentes no terreno. É preciso definir as suas funções, enquadrar a sua acção, dotá-los de operacionalidade para que não se fique pela retórica e pelos habituais estudos, projectos, modelos, etc. É fundamental dar um conteúdo concreto à acção desses futuros Conselhos Económicos e Sociais. Esperamos que esse objectivo seja alcançado, sem que se caia na discussão inútil dos seus limites geográficos, dos poderes ou da sua própria legitimidade.

Em suma, defender o interesse público, operando de modo empresarial, com inovação e diferenciação qualitativa, será o caminho para o trabalho a desenvolver. Mais do que ter muitos planos, complexos e exaustivos, é necessário abertura estratégica e flexibilidade para perceber e acompanhar o ordenamento do território. Assim se obterá uma maior coesão económica e social, um desenvolvimento sustentável, afinal, uma competitividade mais equilibrada do território português, ganhando centralidade no território europeu.

*Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo

PERSPECTIVA

Helena Roseta



CAPITALISMO DEMOCRÁTICO OU DITADURA DOS MERCADOS

Ofosso entre os países poderosos e os chamados «mercados emergentes» - leia-se países pobres - nunca foi tão grande. O pânico que tem vindo a alastrar nas bolsas dos países ricos é uma ironia do sistema. A voracidade com que os chamados *hedg funds*, ou fundos de alto risco, apostaram na mais inimaginável especulação financeira rebentou-lhes nas mãos. Os principais bancos americanos, com o beneplácito do FED, tiveram de cobrir com mais de 2 milhões de dólares a ameaça de falência do fundo LTCM, dirigido por dois prémios Nobel da Economia. Enquanto se tapa o buraco deste fundo, os republicanos do Congresso americano recusam ceder mais dinheiro ao FMI. A mensagem é clara: a crise é dos credores, não dos países pobres. Para quem sempre o teve, o dinheiro não é falta. Não há nisto nada de democrático.

O capitalismo mudou de natureza. Os mercados financeiros sobrepuseram-se à produção industrial, a uma escala nunca antes vista. A desregulação da circulação de capitais, aliada à invenção de novos produtos financeiros e a velocidade instantânea das decisões, permitiu que se chegasse àquilo que, no dizer do economista francês Fitoussi, é uma verdadeira «ditadura dos mercados». Ignorá-los nos dias de hoje é impossível para quem quer que se reclame do socialismo, da esquerda e da própria liberdade.

Não há simetria possível entre o «socialismo democrático» e «capitalismo democrático». Se o primeiro é urgente num mundo

em que a exclusão, o desemprego e a miséria crescem, mesmo no interior das sociedades mais ricas, o segundo é uma contradição nos termos. A única liberdade que os mercados reclamam é a dos negócios. Não está demonstrado que ela conduza às restantes, bem pelo contrário.

O que distingue a democracia é a capacidade de resolver conflitos de forma pacífica, através de regras que todos aceitam. A regra da maioria é apenas uma delas. Outras têm de existir, como a separação de poderes e a liberdade de afirmação de minorias e contrapoderes. Sem este complexo jogo de regulações e oposições não há verdadeiramente democracia. O que acontece é que o capitalismo financeiro alcançou um tal poder que nem os Estados nem as organizações internacionais o conseguem contrariar. Os resultados da prepotência especulativa estão à vista. O que a esquerda tem de fazer é denunciá-la e contrapor-lhe limitações que mudem as regras do jogo. Não sei se o velho Galbraith terá razão, quando diz que já nem os capitalistas estão seguros do capitalismo, nem os socialistas do socialismo. Mas o mais absurdo será ver socialistas a tentar redimir o capitalismo. Não há pragmatismo que justifique tamanha cegueira. As vitórias da esquerda na Europa são um sinal de que os eleitores não aceitam prescindir das conquistas sociais, mas também um apelo contra as injustiças do *statu quo*. Seria trágico olhá-las como um chancela de «democracia» apostada à nova ditadura dos mercados financeiros.

In «Visão»

UNIÃO EUROPEIA

Luís Marinho



A PRESIDÊNCIA AUSTRIACA E A AGENDA 2000

A presidência austríaca, qual candeia que vai iluminando o caminho por onde a Alemanha há-de passar, apresentou semana passada uma proposta sobre a Agenda 2000 que inviabilizará qualquer acordo entre os Quinze sobre as perspectivas financeiras entre 2000 e 2006. Despudoradamente, atrando para o caixote do lixo as propostas iniciais, já de si criticáveis, do Sr. Santer, avança com um chamado *critério de estabilização* da despesa dos 85 milhões de euros. Este mesmo montante é igual ao dos critérios de pagamento do orçamento de 99 e propõe-se que vigore até 2006, indexado à inflação, mas sem atender ao aumento do PIB comunitário. Como consequência, os previstos 285 milhões de euros da Agenda 2000 para os fundos estruturais e fundo de coesão, que representavam os prometidos 0,46 por cento da despesa, reduzem-se em

19 pontos e caem para 0,27. Ao mesmo tempo, a política agrícola comum, que atingiria até 2006 os 52 mil milhões de euros, reduzir-se-ia anualmente ao *plafond* de 40 mil milhões.

O carácter catastrófico desta manobra da presidência austríaca, frontalmente rejeitada por Portugal, Espanha, Grécia e, com *nuanças*, pela Itália, é afinal uma espécie de «gato escondido com o rabo de fora». Visa tornar aceitável a pílula inicial da Agenda 2000, elevada à categoria de solução final.

Pena é que, numa União que julgávamos responsável e solidária para ser forte, se usem expedientes de «feira da ladra» para fazer um favor aos alemães: em vez de pagarem à Europa, que fez a sua riqueza, uma contribuição que equivale actualmente, por habitante, ao preço de uma garrafa de cerveja por ano, passarem a pagar apenas o preço de um copo...



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Efeméride em Abrantes

Este mês comemoram-se os 850 anos da fundação da cidade por D. Afonso Henriques.

Nesse sentido, a autarquia local promove um conjunto de iniciativas alusivas à efeméride, onde se inclui uma exposição bibliográfica e iconográfica sobre a vida e época do primeiro rei de Portugal.

A mostra poderá ser visitada na Galeria Municipal a partir do sábado, dia 5, e até ao dia 10 de Janeiro de 1999, de terças a sábados, das 14 às 20 horas, bem como aos domingos, entre as 15 e as 19 horas. No âmbito destas comemorações decorerão ainda actividades como os lançamentos de duas publicações.

No dia 5, às 17 horas, a Galeria Municipal será palco para a apresentação e divulgação do livro de banda desenhada da autoria de Paulo Matos, «Histórias de Abrantes aos Quadrinhos».

Quatro dias depois, na quarta-feira, à mesma hora e no mesmo local, será altura para conhecer «Abrantes: do Rio à Colina», uma publicação de Carlos Garcia.

Entretanto, no Polidesportivo Municipal Dr. Rogério Ribeiro, disputa-se, até ao dia 8, o Torneio de Futebol Fundação de Abrantes, cuja organização está a cargo do Sport Abrantes e Benfica.

Feira do mel em Cascais

A Câmara Municipal promove mais uma edição da «Feira do Mel», até ao dia 20, numa iniciativa que decorre no Jardim Visconde da Luz, permitindo o contacto com os produtos de colmeia, nomeadamente o mel, o pólen, a geleia real, o própole e o pão de abelha, entre outros.

Esta feira contará este ano, pela primeira vez, com um espaço pedagógico destinado às crianças das escolas do concelho. Ao longo deste certame são projectados filmes relacionados com a apicultura, realizadas provas de mel de diversas zonas do País, bem como a amostragem de abelhas ao vivo em colmeias de vidro.

Pintura em Coimbra

A Casa-Museu Bissaya Barreto apresenta, hoje, às 18 horas, uma edição realizada em colaboração com a Associação Portuguesa, sobre o tema «Estudo de Oportunidade de Investimento para as Empresas Portuguesas – Guia de Moçambique».

Amanhã estreiam dois filmes nas salas da cidade. Trata-se da comédia «The Mighty», de Peter Chelsom, com Sharon Stone, Elden Ratliff e Gillian Anderson e da mais recente produção animada da Disney, «Mulan», no Estúdio 1.

A partir do dia 5 e até ao dia 13, a Sala da Cidade – Refeitório de Santa Cruz – albergará a exposição «Livros da Alemanha».

A mostra poderá ser visitada de terças a sextas-feiras, entre as 10 horas e as 12 e 30 ou das 14 às 19 horas, bem como aos sábados e domingos, das 14 às 18 horas.

Os trabalhos mais recentes da pintora moçambicana Leonor Brites poderão ser apreciados, no Café-Galeria Almedina, até ao dia 20, das 8 até às 4 horas.

Desenhos em Fafe

Está patente, na Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian, até amanhã, uma mostra de desenhos e pinturas realizados pelos alunos de 56 escolas do ensino primário do concelho.

Os trabalhos das crianças subordinam-se aos temas «A Importância da Escolaridade Obrigatória» e «As Desvantagens, Riscos e Perigos do Trabalho Infantil».

Livros em Ferreira do Alentejo

Até ao dia 23, passe pelo Espaço Museológico Municipal e participe na Feira do Livro cuja edição de 1998 foi organizada sob a designação genérica «Os Livros e a História».

Festas em Guimarães

As Festas Nicolinas'98 chegam ao fim na segunda-feira, dia 7, com o Baile da Saudade, destinado aos novos nicolininos.

Exposições em Lisboa

Amanhã, às 18 horas haverá um encontro com Lídia Jorge na Fnac.

Na Feira Internacional de Lisboa decorre, até ao domingo, dia 6, a «Motoexpo».

Também até domingo estará patente ao público, na 1ª Galeria da Culturgest a mostra «Arman».

No dia 7, às 19 horas, o Auditório Dois da Fundação Calouste Gulbenkian engalanar-se-á para ser palco de um concerto dado

pelos solistas da Orquestra Gulbenkian, cujo programa inclui obras de Rossini, Strauss, Poulenc e Françaix.

As fotografias de dança de Jorge Gonçalves esperam por si, até ao dia 21, no Foyer do Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém (CCB), todas elas organizadas numa mostra intitulada «Corpo Expressa o Corpo».

Até ao dia 3 de Janeiro de 1999 poderá apreciar a exposição retrospectiva de Cindy Sherman, na Galeria das Caravelas do CCB.

As visitas à mostra podem ser efectuadas diariamente entre as 11 e as 20 horas.

Música em Matosinhos

A Loja Fnac será palco, hoje, pelas 18 horas, para um recital de piano a cargo de António Pinho Vargas.

Ainda hoje, mas as 22 horas e no Auditório da Exponor assiste a um concerto de revisitação de Ella Fitzgerald e Chick Webb a cargo de Carmine Michelle e os Tuxedo Big Band.

Ilustrações no Porto

Hoje, pelas 18 horas, será inaugurada a exposição «Cruz Caldas – Ilustrador Caricaturista», na Sala de Exposições Temporárias da Casa-Museu Guerra Junqueiro. Amostra estará patente ao público até ao dia 28 de Fevereiro de 1999.

Teatro em Vila Real de Santo António

Amanhã, pelas 15 horas, vá ver a peça de teatro «Falar Português», no Auditório do Centro Cultural.

Decorre, até ao dia 5 de Janeiro de 1999, na Sala de Exposições do Centro Cultural, uma mostra de presépios de colecção.

SUGESTÃO

FESTIVAL OUTONO

O Teatro Camões, no Parque das Nações, abriu já a suas portas ao público para a segunda edição do Festival Outono em Lisboa.

Depois de uma curta pausa, o evento retoma, hoje, toda a sua animação com uma voz muito especial. Trata-se de João Afonso, sobrinho de Zeca Afonso, que com um timbre muito parecido ao do seu lendário tio, fará as delícias da assistência.

Amanhã será a vez de ver e ouvir a Ala dos Namorados, que contarão, na sua apresentação, com a participação especial de Sara Tavares.

Mas, se é apreciador dos Delfins, então não deverá faltar à actuação que este grupo musical português tem preparada para o sábado, dia 5. É que Miguel Ângelo, o vocalista da reconhecida banda, estreia ao vivo o seu álbum debutante como artista a solo, «Timidez».

Um dia depois, João Aguardela, cantor e líder dos Sitiados, faz também a sua primeira apresentação a solo em palco.

A ansiada actuação de José Mário Branco, acompanhado por José Peixoto, dos Madredeus, e por Carlos Bica ficou agendada para a segunda-feira, dia 7. O Festival Outono em Lisboa encerrará na terça-feira, dia 8, com «Ó Que Som Tem?», um projecto de percussões da responsabilidade de Rui Júniôr.

Por tudo isto e muito mais, não falte a estes encontros muito especiais, marcados na antiga Área Internacional Sul da Expo'98, junto ao Tejo.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Ressurreição

*Por quê o roxo no teu rosto louro?
E nos punhos? Fossem meus e me deixassem
fazia com que os cornos do touro,
vivo, se beijassem.*

*Tira-me esse olhar absorto!
Homem, fala? Essa mão tão fria...
- assim eu gritava, porque não sabia
que estavas morto.*

*Teu sonho que no desterro ficou
(ovo de ave que sentiu maus passos
e para sempre voou)
havemos de chocá-lo em nossos braços.*

*E quando a casa se partir
(barco saindo um porto)
então, irmão, podes vir
que não estás morto*

Luís Veiga Leitão
(Noite de Pedra)

Concerto
Jazz e Tango
em Lisboa
Uma noite com Richard Galliano Trio
5 de Dezembro
Grande Auditório **Centro Cultural de Belém**



OS ORÇAMENTOS E O ACORDO IBÉRICO

A discussão do Orçamento Rectificativo permitiu a clarificação das posições políticas dos diferentes grupos parlamentares, tendo a direita viabilizado a sua aprovação pela Assembleia da República e o grupo comunista votado contra.

O Orçamento Rectificativo de 98 permitiu autorizar de forma clara despesas imprevistas há um ano como as concernentes ao Porto – capital da cultura e outras como os custos da operação de regresso da Guiné. Por outro lado, houve necessidade de reforçar significativamente as verbas relativas às bonificações para o crédito à habitação.

A imprevisibilidade dos custos com a B.S.E. obriga também à sua inscrição. Em contrapartida, a melhoria da situação financeira do Estado conjugada com a diminuição dos custos financeiros permitem que haja uma redução das despesas relativamente ao previsto, enquanto as receitas fiscais (fruto de uma maior eficácia) também crescem.

O Acordo celebrado há dias entre o primeiro-ministro português António Guterres e o presidente do Governo espanhol J. M. Aznar

foi saudado pelos comentadores e observadores sérios dos dois Estados ibéricos como um marco histórico. Efectivamente, se é importante o compromisso obtido no domínio hídrico, com inerentes consequências ambientais, energéticas e nas áreas agrícola e do abastecimento, não menos relevante é a convergência estratégica assumida quanto a "dossiers" fundamentais no plano europeu.

Prossegue, entretanto, o debate do Orçamento de Estado para 99. Paulo Portas insiste em dar às pensões o que era para as regiões, quando já terá percebido que não é possível, com os resultados do referendo, extinguir as CCRs e os Governos Cívicos. Pode haver é que reformular as suas competências, o que não trará necessariamente redução de despesa.

Quanto ao PS, Governo e Grupo Parlamentar preparam e apresentam as necessárias alterações.

A questão do IRS foi clarificada pelo primeiro-ministro em Plenário no debate na generalidade e o Ministro das Finanças forneceu os necessários esclarecimentos e precisões no debate na especialidade. É

bem de ver que a grande maioria dos contribuintes é beneficiada pelo novo sistema do IRS, como já vem na proposta de Orçamento e que foi reforçado na garantia já dada pelo Primeiro Ministro e pelo Ministro da Finanças. Os deputados socialistas, esperando o voto favorável da maioria da Assembleia, apresentam uma proposta que concretizará a cláusula de salvaguarda complementar apresentada brilhantemente por António Guterres no debate na generalidade.

Em resumo, Orçamento Rectificativo de 98, Orçamento de Estado para 99 e Acordo Ibérico constituem passos relevantes na consolidação de uma estratégia política e económica, com forte impacto social, de que os socialistas portugueses se podem orgulhar e em que toda a população pode confiar.

Nota de Redacção. Por lamentável lapso, na última edição, o texto «Os elefantes também se abatem», inserido na habitual coluna «6ª Fila» não foi atribuído ao seu verdadeiro autor, Manuel dos Santos. Pelo facto pedimos desculpa ao visado.

«Pinochet é um torcionário da pior espécie, um assassino, directo e indirecto, mas consciente, de muitos milhares de pessoas, cujo único crime foi acreditarem na liberdade.»

Mário Bettencourt Resendes
Diário de Notícias, 26 de Novembro

«A democracia no Chile vai resistir aos saudosos de Augusto Pinochet.»

Isabel Allende
Antena Um, 26 de Novembro

«É uma decisão histórica na luta contra a impunidade. Dada a gravidade dos crimes imputados ao general Pinochet, nenhum motivo de ordem jurídica, política ou humanitária deverá obstar à extradição.»

Federação Internacional das Ligas dos Direitos do Homem
Público, 27 de Novembro

«Este julgamento é histórico, é o mais importante do século no domínio dos direitos do homem (...). Os magistrados dos Lordes lançaram um aviso a todos os responsáveis do mundo, o de que não poderão continuar a viajar impunemente pelo estrangeiro.»

Geoffrey Bindman, jurista da
Amnistia Internacional
Público, 27 de Novembro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz